



# ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO

2005

Número - VII



Ano de edição 2007



## FICHA TÉCNICA

### Título

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2005

### Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.  
Av. António José de Almeida  
1000-043 Lisboa  
Portugal  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 844 04 01

### Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

### Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

### Tiragem

950 exemplares

ISSN 0872-5977

ISBN 978-972-673-914-2

Depósito Legal nº 90072/95

Periodicidade Bial

### Preço

€ 7,50 (IVA incluído)

Serviço de Apoio ao Cliente  
**808 201 808**

O INE na Internet  
**www.ine.pt**

## ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Nota Metodológica	9
3. Análise Regional do Poder de Compra Concelhio	19
3.1 Indicador per Capita	21
3.2 Percentagem de Poder de Compra	29
3.3 Factor Dinamismo Relativo	34
4. Uma breve análise da evolução temporal do EPCC	37
Quadros de Resultados	43
Anexos	67





# 1. Introdução





# 1. Introdução

A 7ª edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, apresenta os principais resultados de um *estudo estatístico*, que explora informação decorrente de outras operações estatísticas e fontes administrativas, através de técnicas específicas de estimação, por forma a construir informação derivada pertinente para a avaliação do “poder de compra” à escala local.

O EPCC pretende caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores inferidos de um vasto leque de variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial. A vantagem dos indicadores construídos no âmbito deste estudo decorre do facto de constituírem informação à escala local – município –, unidade territorial para a qual não existem no Sistema Estatístico Nacional medidas quantificadas de variáveis tão importantes como, por exemplo, o rendimento ou o consumo das famílias. Contudo, porque o EPCC se baseia num modelo específico, não se tratando de uma operação clássica de produção estatística, as estimativas produzidas não devem ser confundidas com qualquer uma daquelas duas variáveis, ou qualquer outra a que corresponda, na tradição da teoria económica ou da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado. Os índices propostos no âmbito do EPCC são, de facto, estimações, indiciando apenas, sob a designação genérica de “poder de compra”, a distribuição espacial do rendimento, do consumo ou de outras variáveis, mas não as representando de forma exacta.

Os indicadores que compõem o EPCC não são, por outro lado, simples médias, arbitrariamente ponderadas, das 18 variáveis que estão na sua génese. Pelo contrário, o modelo de análise factorial em que se baseia o EPCC, ao inferir os indicadores propostos das variáveis de base, estima endogenamente os coeficientes com que cada variável contribui para cada indicador, fornecendo, ao mesmo tempo, informação que permite ao analista distinguir as variáveis que devem ser incluídas das que deverão ser excluídas da análise. Note-se que as 18 variáveis que foram retidas para a construção dos índices são um subconjunto de mais de 70 consideradas à partida.

Esta edição do EPCC resulta de uma parceria do Instituto Nacional de Estatística com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tendo contado com a colaboração técnica do Doutor Pedro Miguel Nogueira Ramos, que esteve igualmente envolvido na elaboração das anteriores versões do EPCC.

A informação estatística utilizada reporta-se na sua maioria, aos anos de 2004 e 2005, e as variáveis-base para o estudo foram relativizadas pela população residente, estimada pelo INE, para 31 de Dezembro do respectivo ano.

Com base nestas variáveis, e por recurso à metodologia estatística já referida, e que será descrita de modo mais pormenorizado na Nota Metodológica, foram construídos três indicadores:

- O Indicador per Capita do poder de compra (primeiro factor da análise);
- A Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro factor);
- O Factor Dinamismo Relativo (segundo factor da análise).



O Indicador per Capita é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios e regiões, com o valor de referência nacional. A Percentagem de Poder de Compra reflecte o peso do poder de compra de cada município e região (que decorre do Indicador per Capita) no total do país, que assume o valor 100%. O Factor Dinâmico Relativo pretende reflectir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela actividade turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial, ainda detectada na informação de base, para além da reflectida no Indicador per Capita.

A presente versão do EPCC utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS) estabelecida pelo Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro.

A publicação é acompanhada por um CD, que além de conter os elementos que constam da versão impressa, inclui ainda os valores dos índices para outras divisões geográficas, com a versão anterior das NUTS<sup>1</sup>, os distritos e as unidades agrícolas e florestais. A aplicação também permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores, e da população, para qualquer agrupamento de municípios ou outras desagregações geográficas seleccionadas pelo utilizador. Por fim, o CD contém facilidades de exportação dos valores dos três índices, e da população, para uma folha de cálculo, que viabilizam a livre manipulação dos dados pelo utilizador, assim como o seu cruzamento com informação de outra origem ou natureza.

De modo a tornar mais perceptível para os utilizadores o âmbito temporal da informação que contribui para os resultados obtidos, optou-se, na presente edição, por associar à designação da publicação o momento de referência da informação de base mais actual utilizada neste estudo.

---

<sup>1</sup> Versão da NUTS definida pelo Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro, e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei nº 317/99, de 11 de Agosto, que transfere o município do Gavião da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo para a NUTS II Alentejo.



# 2.

## Nota Metodológica





## 2. Nota Metodológica

A metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio assenta na análise factorial. O modelo utilizado é do tipo:

$$X = F \times A + U$$

- $X$  é uma matriz  $n \times m$ , em que cada uma das  $m$  colunas é uma variável estatística observada, sendo  $n$  o número de observações. A ideia fundamental é que as  $m$  variáveis são todas elas explicadas por um conjunto pequeno de  $p$  factores com uns;
- $F$  é uma matriz de dimensões  $n \times p$ , constituída, assim, pelos valores (desconhecidos) que os  $p$  factores assumem em cada um dos  $n$  pontos amostrais;
- $A$  é uma matriz  $p \times m$  constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo marginal de cada factor para a explicação de cada variável;
- $U$  é uma matriz  $n \times m$  constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por factores com uns, mas antes associada à idiosincrasia da própria variável. As colunas da matriz  $U$  são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os factores, isto é, com as colunas da matriz  $F$ .

Sublinhe-se que o modelo de análise factorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz  $X$  é observada), e não sobre os factores. A matriz  $F$ , desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz  $A$ . No modelo desenvolvido neste estudo impôs-se *a priori* a ortogonalidade dos factores, isto é, admitiu-se que também as colunas de  $F$  possuem entre si coeficientes de correlação nulos.

No Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio nº 7, a matriz  $X$  é constituída por 18 variáveis, observadas nos 308 municípios considerados. As 18 variáveis e respectivas abreviaturas são as que se seguem:

ISVEIC -	Imposto municipal sobre veículos, per capita, 2004 (Fonte: Mapa de Controlo Orçamental das Câmaras Municipais);
LEVMULT -	Valor dos levantamentos em rede de caixas automáticas com cartões emitidos por entidades nacionais, per capita, 2005 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços);
COMTERM -	Valor das compras efectuadas através de terminais de pagamento automático, per capita, 2005 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços);
IRS -	Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, per capita, 2005 (Fonte: Direcção-Geral dos Impostos);
RCOLIRS -	Rendimento colectável para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, per capita, 2005 (Fonte: Direcção-Geral dos Impostos);
PAGSERM -	Número de operações de pagamento de serviços realizadas em rede de caixas automáticas, per capita, 2005 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços);



- ELECTRIC - Consumo doméstico de energia eléctrica, per capita, 2004 (Fonte: Direcção Geral de Geologia e Energia);
- CONTAUT - Contribuição autárquica, per capita, 2004 (Fonte: Mapa de Controlo Orçamental das Câmaras Municipais);
- SISA - Imposto Municipal de Sisa, per capita, 2004 (Fonte: Mapa de Controlo Orçamental das Câmaras Municipais);
- TXURB5 - Taxa de urbanização (população residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população total), 2001 (Fonte: INE, Censos).
- NPSECOM - Número de pessoas ao serviço em empresas da CAE 52 (comércio a retalho), com actividade, segundo o município do estabelecimento, no caso das sociedades, ou segundo o município da sede nas empresas não-societárias, per capita, 2004 (Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas);
- AUTOMOV - Número de veículos, ligeiros de passageiros, vendidos e registados nos municípios, per capita, 2005 (Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel);
- HPURBPH - Valor dos contratos de mútuo com hipoteca voluntária sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, segundo a localização do imóvel, per capita, 2004 (Fonte: Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento);
- CREDHIP - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares, segundo o domicílio do devedor, per capita, 2004 (Fonte: Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento);
- TPRURB - Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, per capita, 2004 (Fonte: Ministério da Justiça – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento);
- HOSHOTEL - Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, registados na Direcção Geral do Turismo, per capita, 2005 (Fonte: INE, Estatísticas do Turismo);
- NPSEHR - Número de pessoas ao serviço em empresas da CAE 55 (alojamento e restauração, incluindo estabelecimentos de bebidas, cafés e similares), com actividade, segundo o município do estabelecimento, no caso das sociedades, ou segundo o município da sede nas empresas não-societárias, per capita, 2004 (Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas);
- NEHREST - Número de unidades localizadas nos municípios (estabelecimentos para as sociedades, empresas nos outros casos), nas CAE 551, 552 e 553 (alojamento e restauração, com exclusão de estabelecimentos de bebidas, cafés e similares), com actividade, segundo o município do estabelecimento, no caso das sociedades, ou segundo o município da sede nas empresas não-societárias, per capita, 2005 (Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas);

O cálculo das diferentes variáveis relativizadas pela população residente foi efectuado com base nas estimativas do INE, nos municípios, a 31 de Dezembro do respectivo ano.

Em relação a anteriores versões deste Estudo, minimizou-se agora o recurso a variáveis derivadas do Recenseamento Geral da População de 2001, dada a distância temporal dessa operação estatística face ao período de referência das restantes variáveis (2005 ou 2004). A única excepção que permaneceu foi a consideração da variável taxa de urbanização (TXURB5). As variáveis retidas foram seleccionadas, endogenamente, dentro de um conjunto de cerca de 70 variáveis, por terem sido as que revelaram um melhor desempenho no quadro do modelo. Ainda assim, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspectos:

- Embora todas as variáveis se encontrem intimamente associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel; se assim fosse, não seria necessário recorrer às metodologias, sempre mais complexas, de análise multivariada; é, por outro lado, esta base multivariada que assegura a robustez dos índices propostos neste Estudo.
- A selecção das variáveis obedeceu a uma óptica não de geração do rendimento, mas de utilização do rendimento, o que justifica a não consideração de variáveis ligadas à produção; significa que o poder de compra é atribuído aos municípios onde se manifesta, *grosso modo* coincidente com os municípios de residência das pessoas, e não aos pontos de geração da riqueza, onde a produção ocorre.
- Em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, considera-se que o fenómeno do autoconsumo possa não estar reflectido nos indicadores construídos.
- Ainda que se assuma que as variáveis seleccionadas reflectem, com razoável fidelidade, a distribuição do poder de compra pelos municípios, deve ser assinalado um enviesamento nalgumas variáveis, que poderá conduzir à subestimação de alguns dos indicadores produzidos no caso das Regiões Autónomas; por exemplo, variáveis com o Imposto municipal sobre veículos (ISVEIC), uma vez que o parque automóvel tende a ser mais reduzido em razão da própria insularidade.
- O que é relevante, em termos de cada variável, é a sua expressão espacial e não propriamente os valores de cada observação; daí que, nos casos em que não foi possível dispor de variáveis reportadas ao mesmo ano, se tenha optado pela introdução na análise de variáveis temporalmente desfasadas.
- Dado que as diferentes variáveis se exprimem em unidades de medidas distintas, procedeu-se, com o é norma nesta metodologia, à estandarização de todas as variáveis (subtracção da média aritmética simples e divisão pelo desvio-padrão), uma vez que é a sua estrutura espacial e não o seu valor que é relevante.
- Importa também sublinhar que no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, à semelhança do que ocorre na grande maioria das estatísticas, o grau de precisão dos diferentes indicadores tende a diminuir com o aumento da desagregação.

A análise factorial desenvolvida compôs-se de diferentes fases. Num a primeira etapa, procedeu-se à extracção factorial recorrendo ao método utilizado das componentes principais. Sublinhe-se que, estabelecidas as variáveis a incluir na análise, o número de factores a reter foram aqueles cuja



variância foi susceptível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de factores cuja variância se revelou inferior à das variáveis. Na segunda etapa da análise factorial, designada de rotação, foi utilizada a técnica *quartimax*. Finalmente, com putou-se a matriz dos coeficientes dos *scores*, que permite transformar a matriz  $X$  na matriz  $F$ , através do método da regressão.

No presente Estudo foram retidos dois factores, que se revelaram capazes de explicar 79,2% da variância total das dezoito variáveis. O primeiro desses factores foi interpretado como um "Indicador per Capita" (IpC) do poder de compra regularmente manifestado nos municípios, que explica isoladamente (após rotação) 57,6% da variância total das variáveis. O segundo factor, designado "Factor Dinamismo Relativo" (FDR), entendido como a dinâmica comercial que subsiste para além da influência do primeiro factor, associa-se fortemente ao fenómeno turístico e explica (após rotação) 21,6% da variância total das variáveis.

O Quadro 1 apresenta, para cada uma das variáveis, a percentagem da sua variância explicada pelo modelo, isto é, pelos dois factores conjuntamente (com unalidades).

Quadro 1. Comunalidades dos Factores

Variáveis		Variância Explicada
Imposto Municipal sobre veículos, per capita	ISVEIC	0,831
Levantamentos nacionais em rede de caixas automáticas, per capita	LEVMULN	0,791
Compras efectuadas através de terminais de pagamento automático, per capita	COMTERM	0,848
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, per capita	IRS	0,861
Rendimento colectável para efeitos de IRS, per capita	RCOLIRS	0,890
Nº de pagamentos de serviços em rede de caixas automáticas, per capita	PAGSERM	0,871
Consumo doméstico de energia eléctrica, per capita	ELECTRIC	0,723
Contribuição autárquica, per capita	CONTAUT	0,812
Imposto Municipal de Sisa, per capita	SISA	0,791
Taxa de urbanização	TXURB5	0,630
Nº de pessoas ao serviço em empresas da CAE 52 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NPSECOM	0,710
Nº de veículos ligeiros de passageiros vendidos, per capita	AUTOMOV	0,676
Valor dos contratos com hipoteca sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, per capita	HPURBPH	0,743
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares, per capita	CREDHIP	0,748
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, per capita	TPRURB	0,840
Nº de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, per capita	HOSHOTEL	0,749
Nº de pessoas ao serviço em empresas da CAE 55 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NPSEHR	0,898
Nº de estabelecimentos e empresas das CAE 551, 552 e 553 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NEHREST	0,840

Importa ainda analisar, com o fim de aferir da qualidade da análise em preendida, os coeficientes de correlação entre cada uma das 18 variáveis e cada um dos dois factores (*loadings*). Dado que, por construção, os dois factores são ortogonais, então a matriz dos *loadings* coincide com a matriz  $A$  (transposta) do modelo. O Quadro 2 é a matriz dos *loadings* (após rotação):

**Quadro 2. Matriz dos coeficientes de correlação entre as variáveis e os factores (Loadings)**

Variáveis		IpC	FDR
Imposto Municipal sobre veículos, per capita	ISVEIC	<b>0,899</b>	0,147
Levantamentos nacionais em rede de caixas automáticas, per capita	LEVMULN	<b>0,871</b>	0,182
Compras efectuadas através de terminais de pagamento automático, per capita	COMTERM	<b>0,888</b>	0,245
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, per capita	IRS	<b>0,924</b>	-0,083
Rendimento colectável para efeitos de IRS, per capita	RCOLIRS	<b>0,940</b>	-0,072
Nº de pagamentos de serviços em rede de caixas automáticas, per capita	PAGSERM	<b>0,933</b>	-0,018
Consumo doméstico de energia eléctrica, per capita	ELECTRIC	<b>0,620</b>	<b>0,582</b>
Contribuição autárquica, per capita	CONTAUT	<b>0,660</b>	<b>0,614</b>
Imposto Municipal de Sisa, per capita	SISA	<b>0,557</b>	<b>0,693</b>
Taxa de urbanização	TXURB5	<b>0,764</b>	-0,217
Nº de pessoas ao serviço em empresas da CAE 52 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NPSECOM	<b>0,775</b>	0,330
Nº de veículos ligeiros de passageiros vendidos, per capita	AUTOMOV	<b>0,805</b>	0,168
Valor dos contratos com hipoteca sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, per capita	HPURBPH	<b>0,857</b>	0,090
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares, per capita	CREDHIP	<b>0,865</b>	-0,018
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, per capita	TPRURB	<b>0,708</b>	<b>0,582</b>
Nº de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, per capita	HOSHOTEL	0,349	<b>0,792</b>
Nº de pessoas ao serviço em empresas da CAE 55 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NPSEHR	0,467	<b>0,824</b>
Nº de estabelecimentos e empresas das CAE 551, 552 e 553 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NEHREST	0,344	<b>0,849</b>

Nota: A negrito apresentam-se os valores superiores a 0,5.

Por último, o Quadro 3 apresenta o conjunto de coeficientes que permite transformar a matriz  $X$  das variáveis, na matriz  $F$  dos factores, viabilizando assim o cálculo dos dois indicadores IpC e FDR.

**Quadro 3. Coeficientes dos Scores**

Variáveis		IpC	FDR
Imposto Municipal sobre veículos, per capita	ISVEIC	0,100	-0,043
Levantamentos nacionais em rede de caixas automáticas, per capita	LEVMULN	0,093	-0,028
Compras efectuadas através de terminais de pagamento automático, per capita	COMTERM	0,088	-0,008
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, per capita	IRS	0,127	-0,124
Rendimento colectável para efeitos de IRS, per capita	RCOLIRS	0,128	-0,122
Nº de pagamentos de serviços em rede de caixas automáticas, per capita	PAGSERM	0,121	-0,103
Consumo doméstico de energia eléctrica, per capita	ELECTRIC	0,019	0,135
Contribuição autárquica, per capita	CONTAUT	0,021	0,141
Imposto Municipal de Sisa, per capita	SISA	-0,001	0,179
Taxa de urbanização	TXURB5	0,120	-0,154
Nº de pessoas ao serviço em empresas da CAE 52 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NPSECOM	0,065	0,032
Nº de veículos ligeiros de passageiros vendidos, per capita	AUTOMOV	0,086	-0,026
Valor dos contratos com hipoteca sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, per capita	HPURBPH	0,100	-0,058
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares, per capita	CREDHIP	0,113	-0,096
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, per capita	TPRURB	0,030	0,126
Nº de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros, per capita	HOSHOTEL	-0,038	0,235
Nº de pessoas ao serviço em empresas da CAE 55 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NPSEHR	-0,026	0,233
Nº de estabelecimentos e empresas das CAE 551, 552 e 553 segundo o local do estabelecimento no caso das sociedades e o local da sede nas empresas não-societárias, per capita	NEHREST	-0,044	0,254

Além dos dois índices já mencionados (IpC e FDR), entendeu-se útil, no âmbito deste Estudo, proceder ao cálculo de um terceiro indicador, designado de “Percentagem de Poder de Compra” (PPC). A ideia subjacente a este terceiro índice foi a de analisar a concentração do poder de compra nos diferentes municípios, tendo em consideração que as manchas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional dependem, não só do poder de compra per capita dos cidadãos, mas também da distribuição espacial da população. O indicador PPC não resulta directamente da análise factorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada município no todo nacional.

Assinale-se, ainda, que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, e para o país, resulta também da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços regionais considerados.

Uma importante nota deve merecer a atenção dos utilizadores deste Estudo: as dezoito variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes e, em consequência, como já foi assinalado, foram previamente estandarizadas. Os factores obtidos a partir destas variáveis: IpC e FDR, são também originalmente variáveis estandarizadas. Significa isto que as unidades de medida dos dois factores são indeterminadas. Os dois índices são, assim, susceptíveis de transformações lineares, sem prejuízo do seu significado enquanto números cardinais. Estas transformações lineares são somente mudanças de escala. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes, de forma arbitrária, uma média e um desvio-padrão. Nas diferentes versões do EPCC tem-se procedido do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois factores:

- No IpC atribui-se 100 ao valor nacional, e opta-se por um coeficiente de variação (calculado pelo rácio do desvio-padrão relativamente à média aritmética simples) suposto igual ao de uma particular variável convencionalmente escolhida, para que se presumiu uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária.
- O FDR é apresentado com o variável estandarizada, à semelhança das edições anteriores.

A escolha da variável da qual se toma como empréstimo o coeficiente de variação para o IpC é arbitrária, mas ainda assim tem sido assegurado que o valor assumido por esse coeficiente decresça ao longo do tempo, em paralelo com o que tem vindo a acontecer para a generalidade das variáveis de base usadas nas sucessivas edições deste Estudo, e que são também elas *proxies* (ainda que parciais) do poder de compra. Esta tendência, perceptível nas variáveis, e imprimida ao índice, deverá reflectir uma cada vez maior homogeneidade ao longo do tempo na distribuição territorial do poder de compra. Isto é, as sucessivas versões do EPCC têm apontado para cada vez menores disparidades regionais nas variáveis de base, tendência que se procurou reflectir no próprio IpC. A evolução dos coeficientes de variação entre as duas últimas edições do EPCC não foi excepção a esta regra, com o que pode ser observado no Quadro 4.

**Quadro 4. Coeficientes de variação de algumas variáveis bem correlacionadas com o IpC nos EPCC 2004 e 2005**

Variáveis		EPCC 2004	EPCC 2005
Rendimento declarado para efeitos de IRS, per capita	RDECLIRS	0,352	0,325
Imposto Municipal sobre veículos, per capita	ISVEIC	0,375	0,331
Levantamentos nacionais em rede de caixas automáticas, per capita	LEVMULN	0,463	0,420
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, per capita	IRS	0,639	0,638
Rendimento colectável para efeitos de IRS, per capita	RCOLIRS	0,404	0,396
Nº de pagamentos de serviços em rede de caixas automáticas, per capita	PAGSERM	0,545	0,564
Consumo doméstico de energia eléctrica, per capita	ELECTRIC	0,256	0,249
Contribuição autárquica, per capita	CONTAUT	0,928	0,895
Valor dos contratos com hipoteca sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, per capita	HPURBPH	1,093	1,138
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares, per capita	CREDHIP	0,563	0,489

O rendimento declarado em IRS per capita (RDECLIRS) foi, no EPCC 2005, a variável da qual se extraiu o coeficiente de variação, para ser usado na construção final do IpC, à semelhança do que já tinha ocorrido nas duas anteriores versões do EPCC: 2002 e 2004. Esta decisão foi tomada apesar da variável RDECLIRS não ser uma das 18 variáveis efectivamente usadas pelo modelo na derivação do índice (como de resto já acontecera na versão anterior), dada a vantagem, em termos de comparabilidade, do recurso à mesma variável nas diferentes edições. Por outro lado, RDECLIRS desenhou a mesma tendência de declínio do coeficiente de variação, das outras variáveis compreendidas no Quadro 4. O coeficiente de variação usado para estabelecer a escala de medida do IpC foi pois de 0,325.

Se a escolha de um coeficiente de variação para o IpC, e consequentemente de sistemas de medida para os indicadores (IpC e também FDR) fornecidos pela análise factorial, não suscita problemas severos na interpretação desses índices, dado que, como já se referiu, as mudanças de escala preservam o seu significado enquanto cardinais, o mesmo já não pode ser dito relativamente ao indicador PPC. O peso de cada município no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida seleccionado para o índice IpC (e com o coeficiente de variação retido em cima) de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração de poder de compra, devem ser efectuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que reflectem criticamente a escala convencional usada na medida do IpC.

Adverte-se ainda para a possibilidade da concentração de poder de compra, que transparece da PPC, sobrevalorizar a concentração de rendimento monetário, dada a provável tendência à manifestação deste, enquanto despesa, de forma mais do que proporcional, nos pontos de rendimento per capita mais elevado.

Assinale-se, por fim, que a metodologia adoptada no Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra

apresentados, mas ajusta-se menos a comparações temporais. Valores distintos, assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- Do conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas diferentes versões do Estudo;
- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas;
- Das alterações do sistema de medida do IpC já discutidas em cima.

Alerta-se para a enorme sensibilidade de que se reveste qualquer comparação temporal do valor dos índices produzidos no âmbito do EPCC. No entanto, a comparação temporal mais directa através dos indicadores deste Estudo pode obter-se pela transformação da escala de medida dos indicadores para um escala ordinal, permitindo assim uma comparação em termos da ordenação das unidades territoriais.

Ainda assim o presente Estudo, e considerando o enorme interesse que o confronto temporal reveste, desenvolve esta discussão sobre os valores regionais do IpC e PPC, numa breve secção final.

# 3.

## Análise Regional do Poder de Compra Concelhio





## 3. Análise Regional do Poder de Compra Concelhio

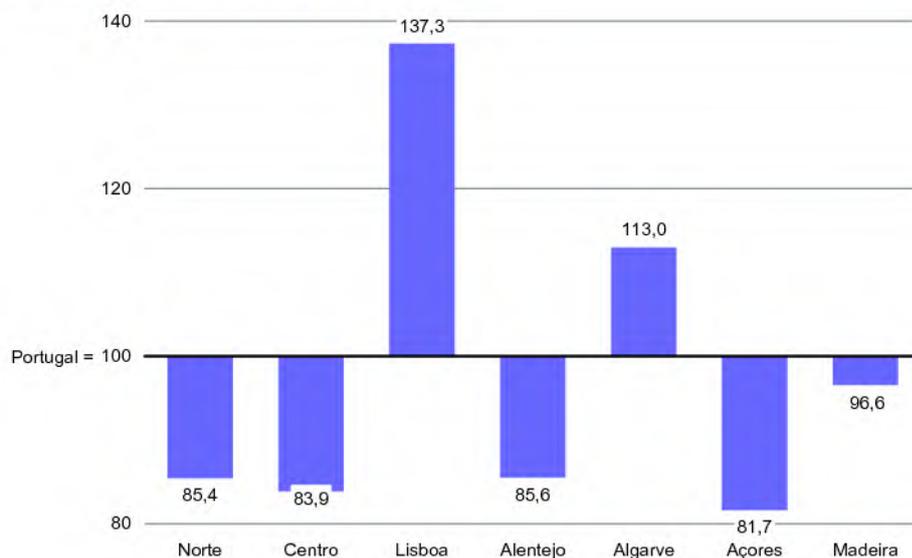
### 3.1 INDICADOR PER CAPITA

O Indicador per Capita (IpC) é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes municípios e regiões, relativizado pela população residente, com o poder de compra médio do país (a que é atribuído o valor 100). A análise baseia-se no estudo do padrão territorial do IpC nas regiões NUTS I, II, III e também nos municípios. Com o referido anteriormente, a informação de base para o cálculo do IpC na presente edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio reporta-se na sua maioria aos anos de 2004 e 2005.

A análise da distribuição do poder de compra entre o Continente e as Regiões Autónomas, avaliado pelo IpC, evidencia que o território continental apresentava um poder de compra per capita superior ao das Regiões Autónomas [ver Quadro 6 apresentado em anexo na secção dos Quadros de Resultados]. Enquanto no espaço continental este indicador atingia o valor de 100,5 pontos, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira este índice situava-se em 81,7 e 96,6, respectivamente.

Da análise do IpC observado nas regiões NUTS II do país, ressalta a relativa proximidade entre o IpC das regiões com valor inferior à média do país (100) - Norte, Centro, Alentejo, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira [Figura 1]. De facto, se se excluir desta análise a Região Autónoma da Madeira, a distância entre as restantes quatro regiões era sempre inferior a 4 pontos. A diferença entre os IpC destas cinco regiões e o valor do país atinge o valor máximo na Região Autónoma dos Açores (-18 pontos) e o valor mínimo na Região Autónoma da Madeira (-3 pontos). Por outro lado, no caso das regiões NUTS II com um IpC acima da média do país - Lisboa e Algarve - destacava-se Lisboa que, mantendo o maior poder de compra manifestado, se situa 37 pontos acima da média nacional.

Figura 1. Indicador per Capita por NUTS II



Importa referir que face aos valores relativos a 2002<sup>2</sup> se registou um aumento neste indicador em todas as regiões NUTS II do país (com excepção da região de Lisboa) e, ao mesmo tempo, uma alteração da ordenação regional. A evolução em termos de valor do IpC, que parece apontar para uma maior convergência ao nível das NUTS II, deve ser lida com grande cautela pelo que a sua discussão será abordada de forma autónoma na última parte deste estudo. No que diz respeito às alterações de posição relativa das regiões NUTS II destacam-se a Região Autónoma da Madeira e a região do Alentejo: o valor relativo à Madeira passou da quarta para a terceira posição e o relativo ao Alentejo que da sexta posição passou para a quarta região, só ultrapassada no Continente, pelas regiões de Lisboa e Algarve. Note-se contudo que, em bora à região do Alentejo tenha correspondido um valor do IpC superior ao apurado para a região Norte (na terceira posição nos valores apurados para 2002), esses valores encontravam-se muito próximos, distando deste apenas 0,1 ponto. Já o valor relativo à Região Autónoma da Madeira se distanciava mais significativamente da região Norte (11,1 pontos).

A região de Lisboa permanecia destacada, atingindo o maior valor de IpC (137,3), ao mesmo tempo que se verificava uma relativa homogeneidade no interior da região em termos de poder de compra, dado que só dois dos seus municípios se colocavam aquém da média nacional. Diferentemente, a região Norte (85,5) revelava uma maior heterogeneidade entre os municípios que a integram. Se por um lado, nesta região se localizavam municípios com elevado poder de compra per capita, como os do Grande Porto que no seu conjunto atingem um valor médio de IpC que ultrapassa em 11 pontos a média do país, por outro, integrava também municípios com os mais baixos registos neste indicador. Note-se que dos 100 municípios com menor poder de compra quase metade destes (44) pertenciam a esta região. O valor do índice para a região foi, pois, o resultado de situações bastante diferenciadas.

O Algarve manteve-se como a segunda região com valor de IpC mais elevado (113,0). Tal facto resulta, em parte, de alguns dos seus municípios mais populosos serem também os que registavam maior poder de compra per capita. Embora nas últimas versões do estudo o valor relativo ao Algarve se tenha mantido na segunda posição, esta poderá também derivar de alguma dificuldade do modelo em distinguir o que constitui poder de compra quotidianamente manifestado pelos residentes na região, medido pelo IpC, e poder de compra de natureza sazonal que resulta da actividade turística, expresso no Factor Dinamismo Relativo.

No que respeita às Regiões Autónomas, destacava-se a Madeira já que o valor do indicador se situava apenas a 3,4 pontos da média nacional, encontrando-se na terceira posição da ordenação por NUTS II. Esta posição é, essencialmente, o reflexo do IpC registado nos municípios do Funchal e Porto Santo. A Região Autónoma dos Açores continuava, com base neste indicador, a região portuguesa mais desfavorecida, sendo seguida pela região Centro a 2,2 pontos.

A região Centro, à semelhança do referido a respeito da região Norte (da qual dista em apenas 1,6 pontos), é um território de fortes contrastes, onde se observa a coexistência de municípios e centros urbanos, com elevado valor no IpC, predominantemente do litoral, com municípios, com valores bastante mais baixos, do interior. Note-se que pertencem ao interior da região Centro três das quatro regiões NUTS III com mais baixos valores de IpC.

<sup>2</sup>Na anterior versão - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004, número VI - a informação estatística utilizada reportava-se na sua maioria, aos anos de 2002 e 2001.

Face aos valores apurados para a 2002, mantinham-se as regiões NUTS II que se encontravam acima e abaixo da média do país bem como as duas regiões com valores mais elevados. Já no que respeita às regiões com um IpC inferior à média nacional a hierarquia regional alterou-se, indiciando um aumento da distância entre o norte e o sul no Continente.

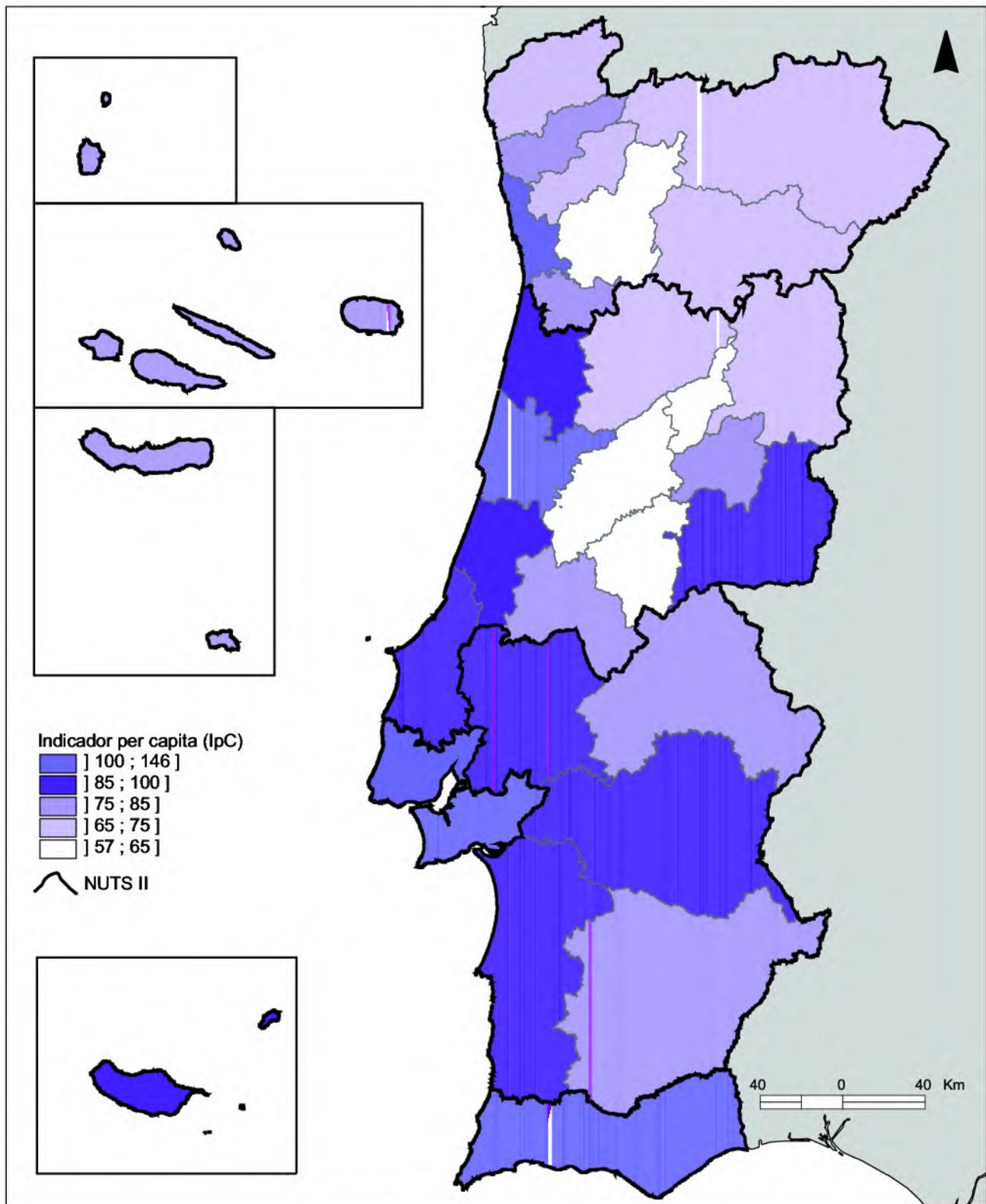
Na análise do poder de compra per capita por NUTS III, destacavam-se as duas sub-regiões que constituem a Grande Área Metropolitana de Lisboa: a Grande Lisboa que se mantinha a NUTS III com mais elevado poder de compra per capita do País e a Península de Setúbal (115,7). Seguiam-se o Algarve (113,0), o Grande Porto (111,4) e o Baixo Mondego (103,4).

Face aos valores relativos a 2002, importa salientar o surgimento de mais uma sub-região com IpC superior à média do país – o Baixo Mondego – bem como alterações significativas no posicionamento das restantes quatro sub-regiões. Nestas alterações destacava-se a Península de Setúbal, que passou da quarta para a segunda posição, e o Grande Porto cuja posição relativa diminuiu. O progresso registado relativamente à Península de Setúbal poderá representar uma maior coesão no interior da Grande Área Metropolitana de Lisboa em termos de poder de compra manifestado, sugerindo uma consolidação deste sistema metropolitano. Neste contexto importa referir que, para além da Península de Setúbal, também as sub-regiões da Lezíria do Tejo (Alentejo) e do Oeste (Centro), contíguas à área metropolitana administrativa, apresentavam uma dinâmica ascendente em termos da sua posição relativa, subindo respectivamente, duas e três posições.

A distribuição territorial do poder de compra per capita coloca em evidência as diferenças entre o norte e o sul e entre o litoral e o interior, registando-se níveis de poder de compra manifestado per capita mais elevados no litoral do país e níveis de poder de compra mais baixos no interior norte e centro [Figura 2]. No entanto, merecem também destaque algumas regiões do interior do país que, por efeito da importância dos seus centros urbanos no total da população da região e pelos níveis relativamente elevados que estes centros urbanos assumiam em termos de IpC, apresentavam poder de compra manifestado per capita próximo dos valores registados na faixa litoral. Eram exemplos deste efeito da dimensão urbana na geografia do IpC por NUTS III, o Alentejo Central (88,2) sob o efeito de Évora, a Beira Interior Sul (87,7) com o efeito de Castelo Branco e, mesmo, a Cova da Beira (77,4) devido ao efeito dos valores apurados para a Covilhã e o Fundão. No entanto, é com a geografia do IpC por municípios que a dimensão urbana emerge com maior saliência com o se verá adiante.

Com menor poder de compra per capita manifestado encontravam-se NUTS III da região Centro – Pinhal Interior Sul (57,3), Serra da Estrela (61,7) e Pinhal Interior Norte (63,2) – e da região Norte – Tâmega (61,6).

Figura 2. Indicador per Capita por NUTS III



A maior concentração do poder de compra no litoral do país, e o fraco poder de compra manifestado no interior norte e centro pode também observar-se através da distribuição do poder de compra por

municípios. A distribuição do IpC por município é sobretudo interessante por proporcionar a percepção da ligação entre o grau de urbanização e o nível de poder de compra per capita [ Figura 3].

A geografia dos municípios com poder de compra per capita superior à média nacional destacava em primeiro lugar o conjunto de municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa: oito dos municípios pertencentes à Grande Lisboa (Odivelas encontrava-se apenas 0,5 ponto abaixo da média) e oito da Península de Setúbal (todos os municípios desta sub-região com excepção da Moita). Deve ainda ser incluído nesta análise centrada na metrópole de Lisboa o município de Benavente, também com um IpC superior à média do país, e que confere continuidade territorial às margens norte e sul da área metropolitana administrativa. O efeito da dimensão metropolitana é também saliente no Porto, ainda que de forma menos evidente do que em Lisboa, através da contiguidade de quatro municípios do Grande Porto (Porto, Matosinhos, Maia e Espinho), com poder de compra per capita superior à média do país. Importa referir que nestas duas áreas metropolitanas administrativas encontram-se os quatro municípios com o poder de compra manifestado per capita mais elevado: Lisboa, com um IpC que mais do que duplicava a média do país (216,0), Oeiras (173,3) que ocupa a segunda posição na ordenação do IpC por municípios, o Porto (164,3) e Cascais (157,1). No caso específico dos municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa, importa ainda referir a descida verificada num conjunto de municípios da margem norte do Tejo (Loures, Amadora, Odivelas e Sintra) que, associada à subida de municípios da margem sul (todos os municípios, com excepção de Almada e Palmela que mantinham a posição apurada relativamente a 2002), parece indiciar o desenvolvimento de um processo de convergência do poder de compra per capita nos municípios desta metrópole.

A Figura 3 destaca ainda 10 municípios abrangendo cidades de dimensão significativa no contexto do sistema urbano nacional e que apresentavam poder de compra per capita superior à média nacional: oito municípios do Continente, integrando capitais de distrito (Braga e Bragança, na região Norte; Coimbra e Aveiro, na região Centro; Beja, Évora e Portalegre, no Alentejo; Faro no Algarve) e Funchal e Ponta Delgada.

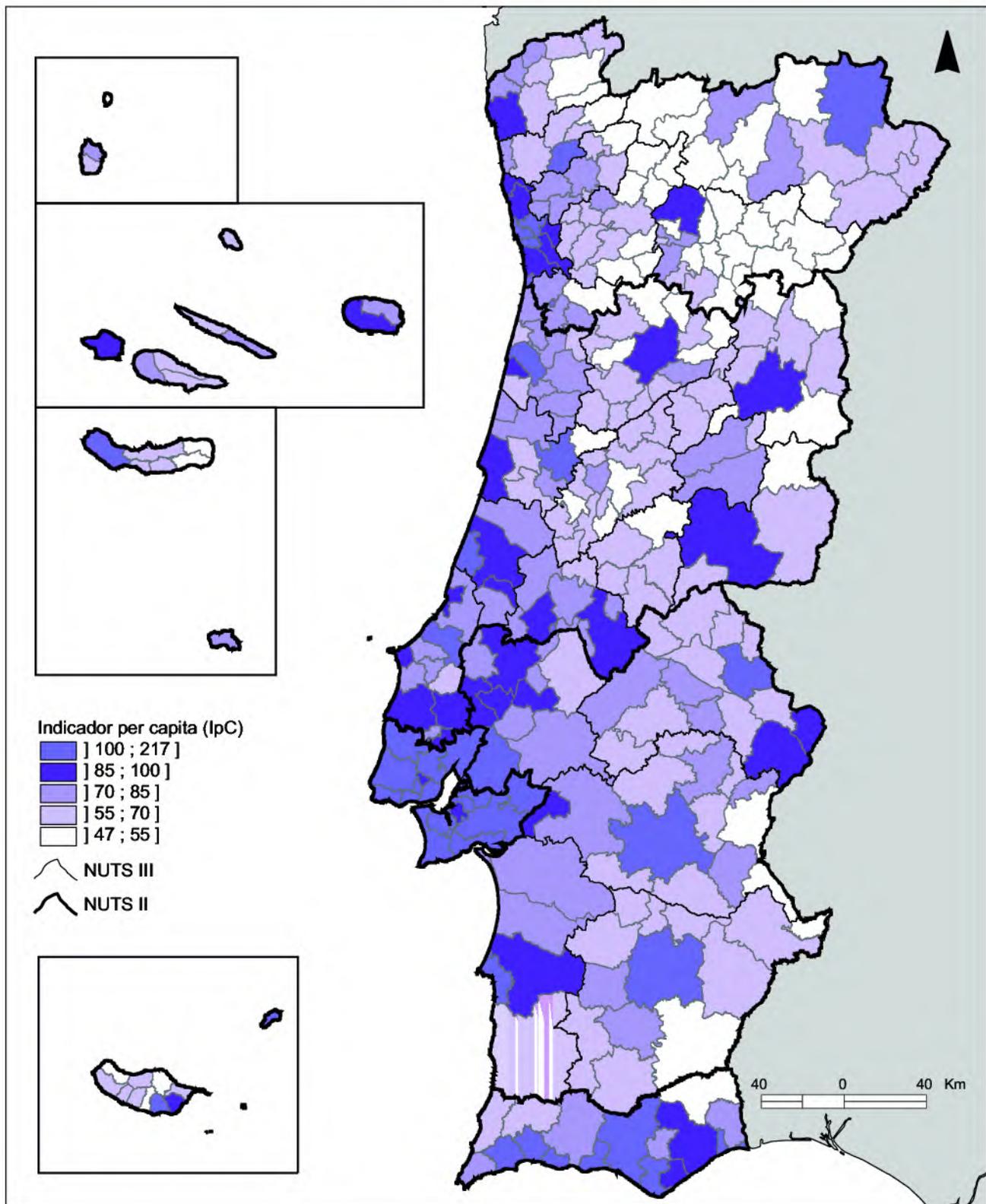
Fazem parte do conjunto de municípios com poder de compra superior à média nacional seis municípios do litoral algarvio: Albufeira e Loulé (na continuidade de Faro), Lagos, Portimão e Lagoa e, na fronteira com Espanha, Vila Real de Santo António. Finalmente, destacam-se os municípios das Caldas da Rainha e Marinha Grande, o Entroncamento, São João da Madeira, Sines e ainda Porto Santo na Região Autónoma da Madeira. Os resultados associados a estes municípios são explicados pelo contexto urbano em que se encontram inseridos (e.g. Albufeira e Loulé), pela importância que o centro urbano representa para municípios próximos (e.g. Caldas da Rainha) e/ou reflectem um dinamismo económico localizado, nomeadamente de base industrial, com capacidade para atrair alguma população com elevado poder de compra (e.g. Sines).

Face aos valores apurados para 2002 constata-se que o número de municípios com valores acima da média nacional passou de 27 para 43. Contudo, apesar das disparidades inter-municipais do IpC, se terem reduzido <sup>3</sup>, elas eram ainda importantes quando se confrontam os valores extremos deste indicador. Existiam ainda 17 municípios cujo poder de compra não atingia 50% do poder de compra nacional, face a 29 apurados relativamente a 2002. Estes municípios pertenciam maioritariamente a regiões do interior, nomeadamente da região Norte, e caracterizados por um baixo grau de urbanização.

<sup>3</sup> Ver a este respeito a Nota Metodológica.



Figura 3. Indicador per Capita por município



Nesta análise o IpC está referenciado à média nacional que toma o valor 100. No entanto, é possível referenciá-lo a outros contextos territoriais.

A Figura 4 permite a análise do IpC registado nos municípios do território nacional, contextualizando-o, simultaneamente, face à média do país e face à média da região NUTS II em que se encontram inseridos. Esta perspectiva torna-se especialmente interessante porque permite avaliar o grau de coesão intra-regional e, ao mesmo tempo, identificar os municípios que se evidenciam na respectiva região NUTS II.

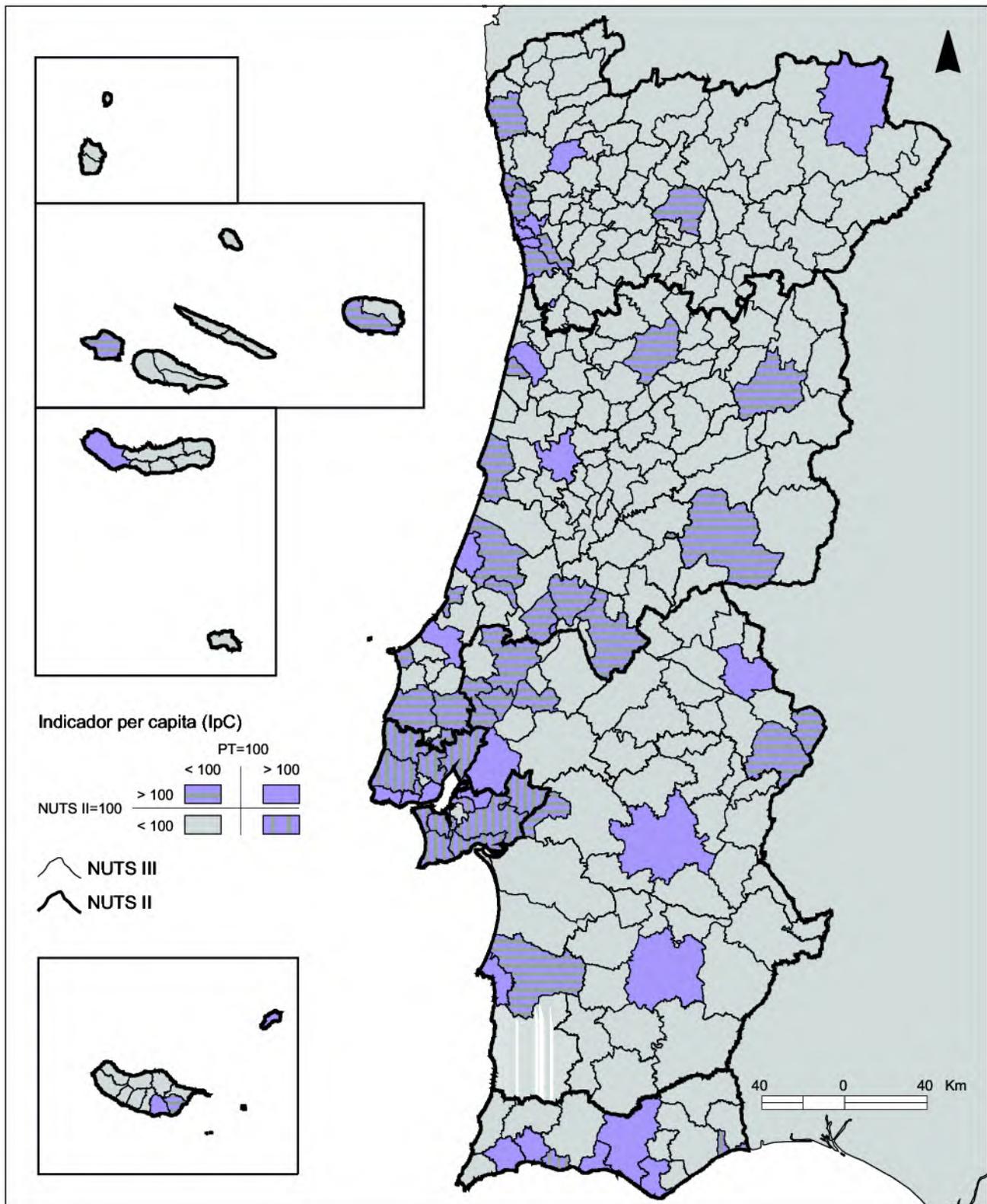
Neste quadro analítico salienta-se em primeiro lugar o número reduzido de municípios que ultrapassam a respectiva média regional. A proporção de municípios com valor superior ao IpC regional atingia o valor máximo no Algarve (31%) e o valor mínimo na região Norte (15%), valores que sugerem uma fraca coesão intra-regional em termos do poder de compra manifestado quotidianamente nos municípios. Esta disparidade regional nos valores do IpC dos municípios permite, contudo, salientar outros focos de concentração relativa do poder de compra no contexto das regiões NUTS II. A título ilustrativo, veja-se, por exemplo, a posição de destaque que assumem na região Norte, alguns dos municípios da Grande Área Metropolitana do Porto (coincidindo com a geografia da sub-região Grande Porto, com excepção de Valongo) e a relevância de Viana do Castelo e Vila Real; a importância de Viseu, Guarda e Castelo Branco no contexto da região Centro; o significado do conjunto de municípios Elvas/Campo Maior no Alentejo; ou ainda a emergência de Horta ou Santa Cruz nos Açores.

Esta análise parece colocar também em evidência algumas bacias de vivência quotidiana não metropolitanas<sup>4</sup>, com o sejam Sines/Santiago do Cacém na região do Alentejo, Aveiro/Ílhavo na região Centro, ou ainda Funchal/Santa Cruz na Região Autónoma da Madeira. Merecem destaque um conjunto de municípios das regiões do Centro e Alentejo, circundantes da Grande Área Metropolitana de Lisboa, cuja saliência face aos contextos regionais em que se inserem, parece apontar mais para um efeito de proximidade à área metropolitana de Lisboa do que para dinâmicas endógenas de desenvolvimento.

A Figura 4 revela ainda que, em 14 dos 43 municípios com um IpC superior a 100, o poder de compra manifestado estava aquém do valor médio do IpC registado ao nível regional. Estes municípios localizavam-se, na sua maior parte, na região de Lisboa mas também no Algarve, únicas regiões NUTS II com um IpC superior à média nacional.

<sup>4</sup> A título de exemplo e com base na informação dos Censos 2001, refira-se que o grau de integração mais elevado do país, entre dois municípios, foi registado entre Sines e Santiago do Cacém (14%) e o grau de integração entre Aveiro e Ílhavo foi de 11%. O grau de integração foi calculado considerando os fluxos de residentes empregados entre os dois municípios e a população residente empregada nas duas unidades territoriais.

Figura 4. Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II



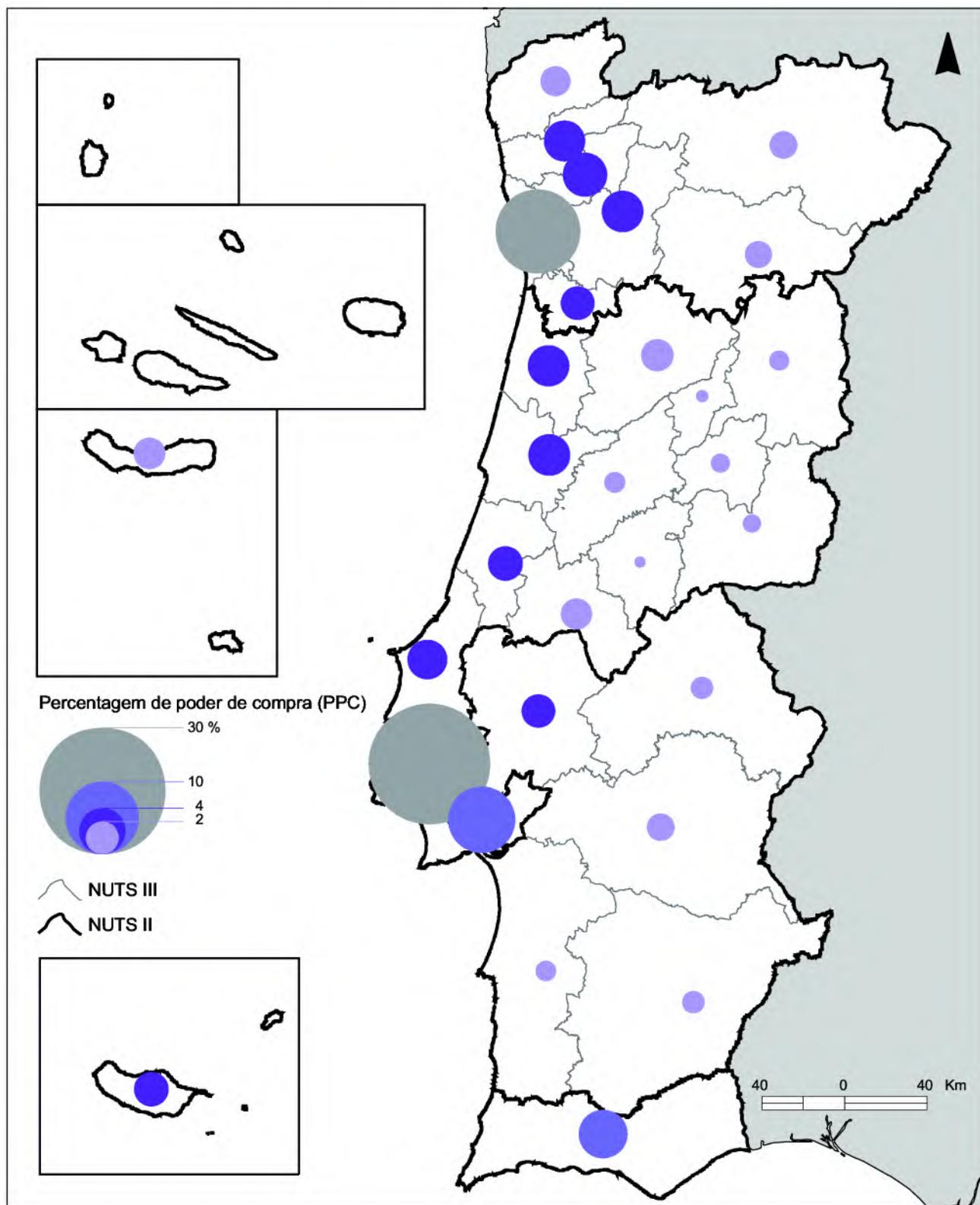
### 3.2 PERCENTAGEM DE PODER DE COMPRA

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador, inferido do Indicador per Capita de poder de compra (IpC), que se propõe medir o peso do poder de compra de cada município (e região) no total do país (que toma, no seu conjunto, o valor 100%). A PPC reflecte, assim, não apenas a distribuição do poder de compra pelo país, mas também a distribuição da população residente. A PPC sendo um indicador derivado do IpC, reflecte a informação de base deste indicador que se reporta na sua maioria aos anos de 2004 e 2005.

Tal como tem vindo a ser usual na divulgação destes resultados, mesmo com as ressalvas descritas na Nota Metodológica, a propósito da escolha do sistema de medida do Indicador per Capita, e que aconselham uma leitura cautelosa dos números fornecidos pela PPC, optou-se por fornecê-los já que se consideram uma mais valia para os utilizadores.

A PPC permite assim efectuar uma leitura sobre a estrutura do poder de compra do país por regiões ou por municípios. A Figura 5 apresenta a estrutura do poder de compra nacional segundo as NUTS III e o seu contributo para o poder de compra do país. Destaca-se desde logo o importante contributo das regiões do Norte e Lisboa cujo peso no todo nacional é de 66%, essencialmente devido aos contributos das sub-regiões Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal. A sub-região Grande Lisboa, só por si, representava um contributo superior ao de qualquer outra das NUTS III e, mesmo, ao de qualquer outra NUTS II, que não as regiões de Lisboa e do Norte. Com contributos inferiores a 1% para o poder de compra nacional encontram-se apenas sub-regiões do Centro e do Alentejo.

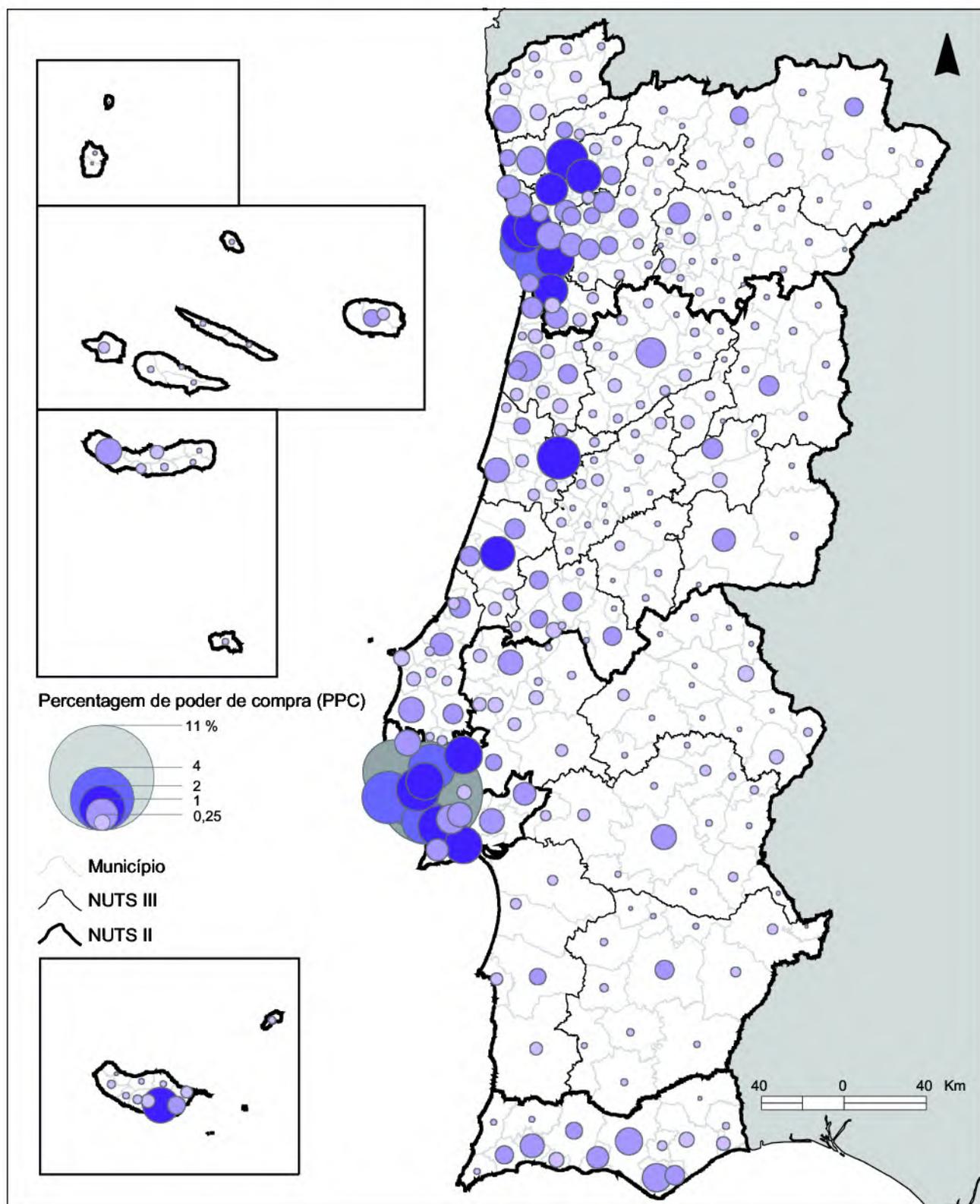
Figura 5. Percentagem de Poder de Compra por NUTS III



No que respeita à distribuição da PPC por municípios, assinala-se o peso muito significativo do município de Lisboa que concentrava quase 11% do total do poder de compra nacional. Sintra e Porto apresentavam um peso ainda relevante de 4,1% e 3,6%, respectivamente. Para além destes, entre os

308 municípios do país, é possível ainda observar mais 20 municípios que detêm, por si só, pelo menos 1% do poder de compra do país. Estes 23 municípios situam-se nas áreas da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Grande Porto, e ainda Coimbra, Braga, Funchal, Guimarães, Leiria, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Famalicão.

Figura 6. Percentagem de Poder de Compra por município



Devem ainda destacar-se os valores da PPC registados em alguns municípios com um efectivo populacional elevado como é o caso de Sintra (4,1%), Vila Nova de Gaia (2,8%) ou Loures (2,1%). Estes municípios embora não tenham registado os maiores valores de poder de compra captado pelo IpC, registaram, pelo seu peso populacional, elevados contributos para o poder de compra nacional. De facto, a distribuição espacial da PPC reflecte a concentração, quer do poder de compra, quer da população, destacando-se, por um lado, os dois centros metropolitanos – Lisboa e Porto – bem como os municípios em seu redor e, por outro, muitos dos municípios localizados no interior do país que, para além de uma fraca concentração de poder de compra, têm também um efectivo populacional reduzido.

A Figura 7 apresenta a *Curva de Lorenz* com o forma de avaliar a concentração do poder de compra pela população residente <sup>5</sup>, permitindo verificar a forte associação entre o poder de compra e a população residente. No que respeita à relação entre a concentração da população residente e o poder de compra ao nível das NUTS II, optou-se por analisar os *Índices de Gini* <sup>6</sup> calculados para estas unidades territoriais e para o país. Saliente-se que apenas na Região Autónoma da Madeira a concentração era superior à registada para o país <sup>7</sup>. No entanto e apesar da concentração ser menos acentuada nas restantes regiões do que no país, é relevante salientar que esta é mais acentuada no Norte e em Lisboa e assumia valores relativamente baixos no Alentejo e Algarve.

<sup>5</sup> Quanto mais afastada estiver a curva da diagonal (recta de igual distribuição) maior será o grau de concentração do poder de compra pela população residente.

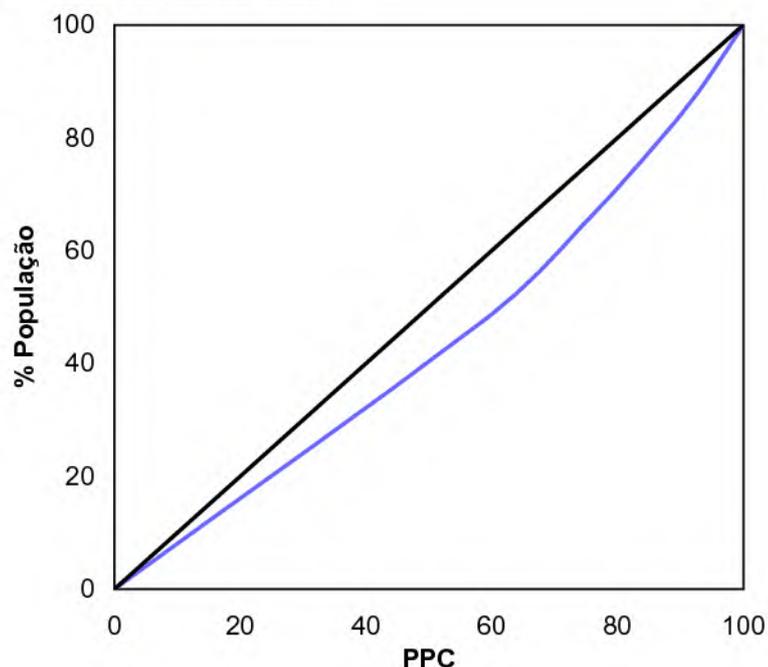
<sup>6</sup> O Índice de Gini foi calculado com base na seguinte formulação:

$$IG = \left( \frac{1}{2} \sum_{j=1}^{j=n} |x_j - y_j| \right) \times 100$$

em que:  $x_j$  corresponde ao rácio a população residente no município  $i$  e a população residente total da região  $i$ ;  $y_j$  corresponde à proporção de poder de compra no município  $i$  relativamente à proporção de poder de compra da região  $i$ . Obtiveram-se assim os seguintes resultados para o Índice de Gini calculado para cada uma das sete regiões do país: 12,1 no Norte, 10,2 no Centro, 13,3 em Lisboa, 8,9 no Alentejo, 9,1 no Algarve e 10,3 e 16,9 na Região Autónoma dos Açores e da Madeira, respectivamente.

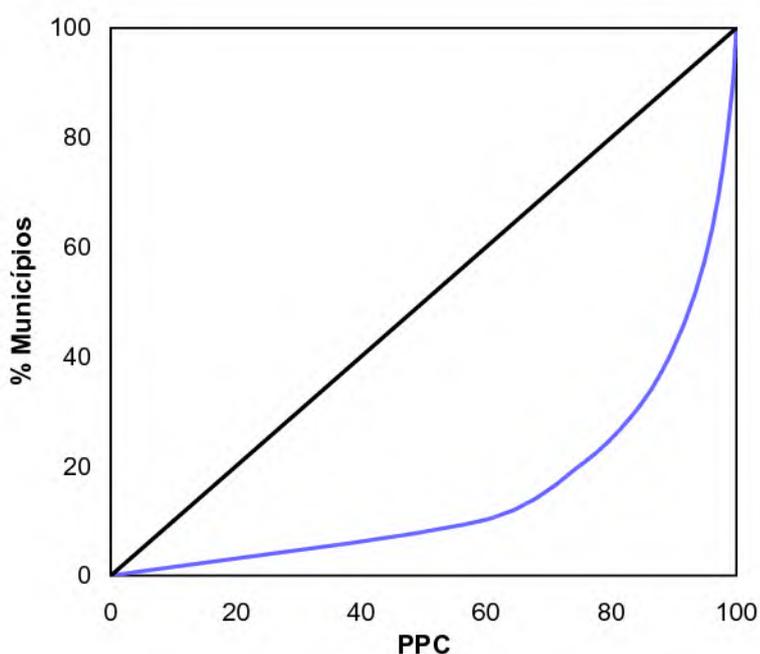
<sup>7</sup> Em termos gráficos resultaria numa curva, na Figura 7, mais afastada da diagonal principal que a do país.

Figura 7. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pela população residente



A Figura 8 apresenta a concentração da percentagem de poder de compra nos 308 municípios do país, permitindo verificar que 50% do poder de compra nacional se concentrava em apenas 20 municípios (cerca de 6% do total de municípios). Esta leitura salienta, por isso, uma forte concentração territorial do poder de compra no território nacional que, tal como se tem vindo a salientar nos comentários anteriores, se encontra fortemente associada à dimensão urbana dos municípios.

Figura 8. Concentração da Percentagem de Poder de Compra (em percentagem do número de municípios)



### 3.3 FACTOR DINAMISMO RELATIVO

O Factor Dinamismo Relativo (FDR) mede, essencialmente, o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma natureza meramente sazonal. O FDR mede assim a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes municípios e regiões do país. Tal como o IpC, o FDR foi apurado com informação que se reporta na sua maioria aos anos de 2004 e 2005.

Este indicador apresenta-se como uma variável estandarizada (média igual a 0 e desvio padrão igual a 1), utilizando-se como unidade de medida o desvio-padrão da sua distribuição, ou seja, o valor 1.

Assim os valores mais elevados verificaram-se em municípios com grande afluência turística, nomeadamente os localizados no Algarve. Por outro lado, os valores mais baixos deste indicador ocorreram em grandes centros urbanos como Oeiras, Lisboa e Coimbra. Este facto não significa, no entanto, que a actividade turística tivesse sido menos relevante nestes municípios, mas apenas que a influência desta actividade fica diluída no elevado poder de compra aí manifestado regularmente. Sublinhe-se ainda que a metodologia de construção destes índices, impõe que o coeficiente de correlação entre os indicadores IpC e FDR seja nulo, processo que contribui igualmente para o posicionamento dos grandes centros urbanos, a que corresponde geralmente um elevado IpC, no final da ordenação dos municípios pelo FDR. Passa a analisar-se a distribuição espacial do FDR por regiões e por municípios.

No que respeita à distribuição por NUTS II, o Algarve e a Região Autónoma da Madeira foram as únicas regiões em que se observou um valor de FDR positivo, ou seja, superior à média da distribuição, revelando um importante poder de compra associado à actividade turística. No entanto, apenas na região do Algarve se registou um FDR acima do valor do desvio-padrão, tendo aliás quase triplicado esse valor, atingindo nesta região um score de 2,97. As restantes regiões registaram valores negativos do FDR, destacando-se contudo Lisboa por ter observado o menor valor deste indicador (-1,19) devido, como se referiu, ao facto da actividade turística se diluir no elevado poder de compra aí manifestado.

A leitura centrada nas NUTS III sublinha o nível do FDR das sub-regiões Alentejo Litoral, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul, além do Algarve e da Madeira. No extremo oposto, e pelos motivos atrás explicitados, encontravam-se as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal, sub-regiões em que o FDR assumiu respectivamente os valores de -1,30 e -0,89.

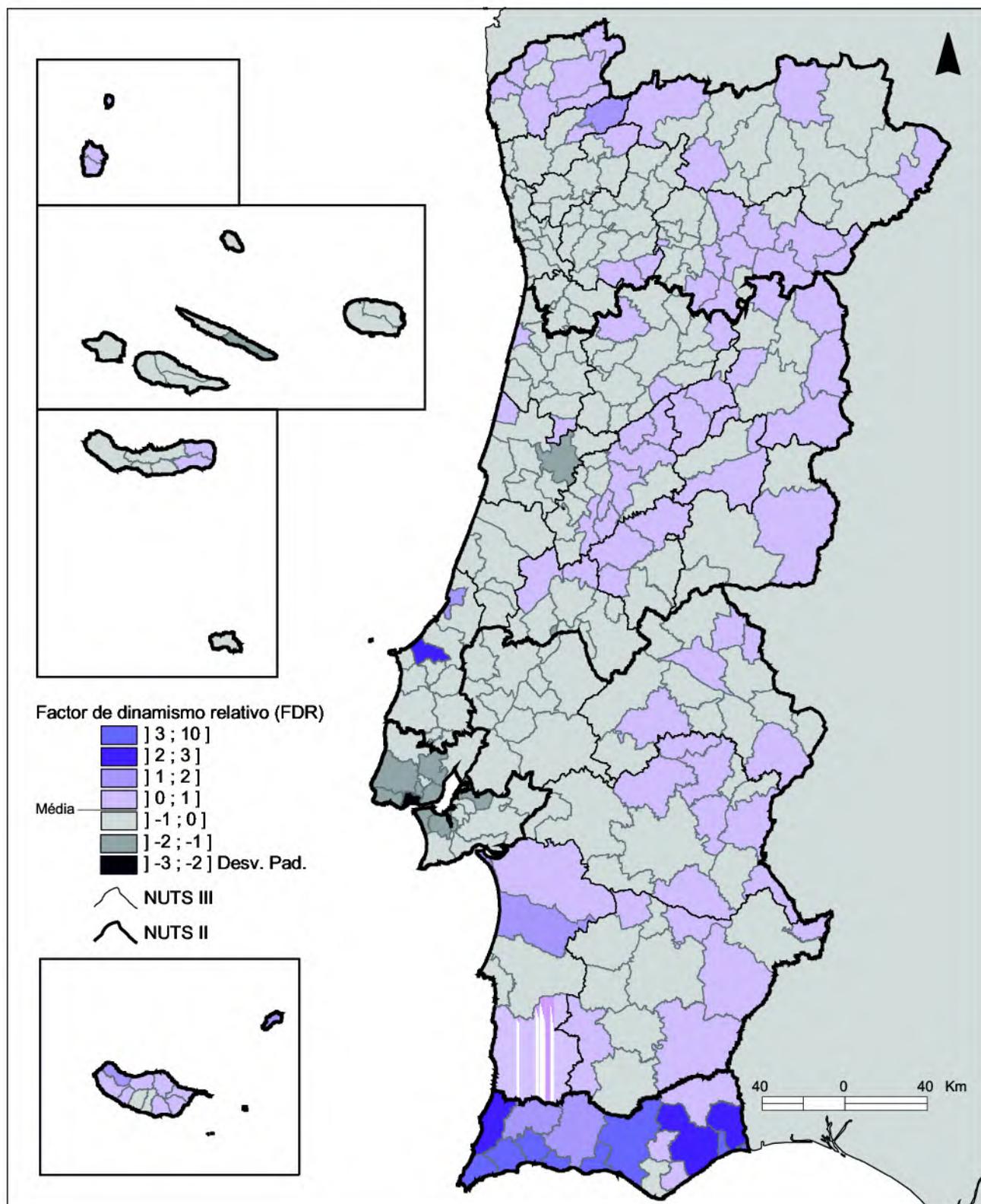
Em termos de municípios, destacava-se o de Albufeira, que quase decuplicava o FDR do país (9,66) [Figura 9]. Os valores elevados registaram-se também em municípios da região do Algarve: Vila do Bispo, Lagoa, Loulé, Lagos, Portimão, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Aljezur. Com valores de FDR superiores a 1 encontravam-se ainda outros municípios algarvios, bem como outros pólos de atracção turística como Óbidos, Terras de Bouro, Porto Moniz, Nazaré ou Porto Santo.

Ainda com um valor importante e no intervalo de 0,5 a 1 da escala do FDR, encontravam-se municípios com forte relevância turística como Grândola, Marvão, Caminha, Odemira, Ourém ou Funchal.

Com valores de FDR inferiores a -0,5, surgiam vários municípios das áreas urbanas de Lisboa e Porto, entre os quais estas duas cidades, mas também Amadora, Oeiras, Odivelas, Loures e Sintra

assim como alguns municípios da Península de Setúbal, como Almada, Barreiro ou Seixal, grande parte das capitais de distrito (cidades de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Portalegre), Entroncamento e São João da Madeira, e ainda vários municípios da Região Autónoma dos Açores.

Figura 9. Factor Dinamismo Relativo por município





# 4.

## Uma breve análise da evolução temporal do EPCC





## 4. Uma breve análise da evolução temporal do EPCC

Assinalou-se já, na Nota Metodológica, que a metodologia que preside à construção dos indicadores aqui apresentados, é particularmente adequada ao confronto espacial do poder de compra manifestado nos diferentes municípios, em determinado ponto no tempo (análise cross section), não sendo adequadas comparações inter-temporais dos valores do índice de poder de compra. Com o então se referiu, valores distintos assumidos por um mesmo indicador nas diferentes versões deste Estudo, podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar:

- Do conjunto de variáveis de base, utilizadas na construção dos indicadores, não ser coincidente nas diferentes versões do Estudo;
- De erros de medida nas variáveis de base, numa ou noutra versão do Estudo, que não se repetiram de forma consistente em todas;
- Das alterações do sistema de medida do IpC.

Acresce ainda, que o facto dos indicadores IpC e FDR terem a natureza de números índices, pode induzir interpretações menos correctas de eventuais variações observadas, num ou noutro município, nos valores daqueles indicadores. Com efeito, estas variações não significam ganhos ou perdas absolutas de poder de compra, mas somente aproximações ou afastamentos à média nacional (ponderada no caso do IpC e simples no caso do FDR). No que respeita à PPC, um aumento do seu valor significa um ganho de quota de poder de compra e, uma diminuição, uma perda nessa quota no todo nacional.

No entanto, é possível proceder a uma análise estática comparada relativamente a dois dos indicadores que derivam do primeiro factor da análise factorial, IpC e PPC, os que se têm revelado mais estáveis ao longo do tempo.

Confrontam-se assim, os resultados apurados nesta edição do estudo com os apurados anteriormente para 2002<sup>8</sup>. O Quadro 5 retrata a evolução dos dois índices objecto da análise para as diferentes NUTS II e III.

Pode constatar-se uma diminuição das disparidades regionais na distribuição do poder de compra pelo território português no período considerado. Esta tendência é especialmente evidente no que se refere à evolução do poder de compra da região NUTS II de Lisboa que, embora mantendo-se o mais elevado em relação à média nacional, a diferença passou de 49,3% em 2002 para 37,3% na presente versão. Esta evolução é o resultado da combinação de duas evoluções distintas nas suas principais sub-regiões: a NUTS III Grande Lisboa, que corresponde à margem norte do Tejo, registou um decréscimo do IpC de 21,5 pontos, enquanto a Península de Setúbal verificou um aumento nesse indicador de 14,1 pontos (as maiores variações observadas entre as regiões NUTS III que compõem o território português).

<sup>8</sup>Na anterior versão - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2004, número VI - a informação estatística utilizada reportava-se na sua maioria, aos anos de 2002 e 2001.



Em termos de peso do poder de compra no todo nacional (PPC), a Grande Lisboa terá recuado 4 pontos percentuais, representando, nesta edição, 27,7% do poder de compra dos portugueses, face a 31,7% em 2002. A Península de Setúbal, que registou um significativo dinamismo demográfico, representava 8,4% do poder de compra nacional no último apuramento, enquanto no anterior se situou em 7,2%. Assim, o peso do poder de compra da região de Lisboa, no seu conjunto, terá registado uma quebra na PPC de 2,8 pontos percentuais, representando 36,1% do poder de compra nacional.

A NUTS III Grande Porto registou uma quebra de 6 pontos no seu poder de compra em termos per capita (IpC) e um recuo de 0,8 ponto percentual na PPC. Esta tendência não impediu, contudo, que a região Norte ganhasse 1,5 pontos no IpC e 0,5 ponto percentual na PPC. Outras regiões do país, também relativamente mais ricas, teriam contudo uma evolução mais favorável. A região do Algarve, que já tinha um poder de compra per capita superior à média do país, distanciou-se ainda mais em relação a essa média, vendo o seu IpC aumentar em 5,2 pontos (e a PPC incrementar 0,3 ponto percentual). A NUTS III Baixo Mondego, que na anterior versão do EPCC tinha um IpC um ponto abaixo da média do país, superou-a agora em mais de três pontos. Assinale-se, ainda, a evolução considerável da Região Autónoma da Madeira, que ao ver o seu IpC crescer 12,9 pontos, atingiu um score, nesse indicador, já muito próximo da média do país e do Continente (mais precisamente 96,6).

Além destas regiões, as NUTS II Alentejo e Região Autónoma dos Açores registaram também um considerável aumento do IpC (8,8 e 8,3 pontos respectivamente), sendo de assinalar ao nível das NUTS III o desempenho da Lezíria do Tejo (+ 11,6 pontos) e do Oeste (+ 9 pontos). Em termos de PPC a região Centro cresceu mais de um ponto percentual, representando agora 18,9% do todo nacional, e o Alentejo registou igualmente meio ponto percentual de acréscimo.

Os desempenhos menos positivos, no período que mediou entre estas duas versões do EPCC (grosso modo de 2002 a 2005), verificaram-se nas NUTS III localizadas no Centro e Norte interiores. A Serra da Estrela, em particular, registou mesmo uma diminuição quer do seu IpC quer da sua PPC.

Quadro 5. Variações do Indicador per Capita  
e da Percentagem de Poder de Compra  
por NUTSIII

	Variações IpC		Variações PPC
Península de Setúbal	14,143	Península de Setúbal	1,205
Região Autónoma da Madeira	12,896	Centro	1,035
Lezíria do Tejo	11,579	Alentejo	0,536
Oeste	9,037	Norte	0,453
Baixo Alentejo	8,921	Oeste	0,348
Alentejo	8,793	Algarve	0,329
Beira Interior Sul	8,492	Cávado	0,316
Região Autónoma dos Açores	8,334	Região Autónoma da Madeira	0,301
Alentejo Litoral	7,807	Tâmega	0,298
Cávado	7,437	Lezíria do Tejo	0,270
Entre Douro e Vouga	7,183	Ave	0,252
Médio Tejo	6,854	Entre Douro e Vouga	0,208
Alto Alentejo	6,610	Região Autónoma dos Açores	0,189
Alentejo Central	6,598	Pinhal Litoral	0,174
Tâmega	5,787	Médio Tejo	0,141
Pinhal Litoral	5,600	Baixo Vouga	0,125
Algarve	5,160	Dão-Lafões	0,090
Ave	4,950	Alentejo Central	0,086
Centro	4,884	Baixo Alentejo	0,083
Cova da Beira	4,416	Minho-Lima	0,077
Baixo Mondego	4,292	Baixo Mondego	0,072
Alto Trás-os-Montes	4,049	Alentejo Litoral	0,054
Minho-Lima	3,612	Alto Trás-os-Montes	0,053
Dão-Lafões	3,305	Alto Alentejo	0,042
Pinhal Interior Sul	3,255	Beira Interior Sul	0,041
Baixo Vouga	2,819	Cova da Beira	0,025
Douro	2,797	Pinhal Interior Norte	0,025
Pinhal Interior Norte	2,708	Douro	0,017
Beira Interior Norte	2,393	Beira Interior Norte	0,004
Norte	1,542	Pinhal Interior Sul	0,002
Serra da Estrela	-1,020	Serra da Estrela	-0,013
Grande Porto	-5,957	Grande Porto	-0,768
Lisboa	-12,003	Lisboa	-2,842
Grande Lisboa	-21,540	Grande Lisboa	-4,047





# Quadros de Resultados





## Quadro 6. IpC, PPC e FDR por município

(continua)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo
<b>Portugal</b>	<b>100,00</b>	<b>100,0000</b>	<b>-0,3983</b>
<b>Continente</b>	<b>100,52</b>	<b>95,8876</b>	<b>-0,4148</b>
<b>Norte</b>	<b>85,45</b>	<b>30,2170</b>	<b>-0,3293</b>
<b>Minho-Lima</b>	<b>70,72</b>	<b>1,6878</b>	<b>-0,0214</b>
Arcos de Valdevez	52,49	0,1220	0,0733
Caminha	76,86	0,1227	0,8300
Melgaço	57,92	0,0531	0,0154
Monção	61,60	0,1156	-0,0515
Paredes de Coura	55,42	0,0493	-0,0175
Ponte da Barca	53,51	0,0661	0,0986
Ponte de Lima	58,40	0,2469	0,0663
Valença	74,11	0,1004	0,5500
Viana do Castelo	87,45	0,7533	-0,3871
Vila Nova de Cerveira	70,23	0,0584	0,3366
<b>Cávado</b>	<b>82,47</b>	<b>3,1800</b>	<b>-0,3625</b>
Amares	59,11	0,1089	0,1671
Barcelos	67,05	0,7881	-0,2609
Braga	105,83	1,7278	-0,7508
Esposende	79,57	0,2629	-0,0388
Terras de Bouro	47,36	0,0352	1,8305
Vila Verde	56,01	0,2570	-0,0425
<b>Ave</b>	<b>74,57</b>	<b>3,6809</b>	<b>-0,2498</b>
Fafe	64,24	0,3264	-0,1225
Guimarães	77,50	1,1895	-0,1693
Póvoa de Lanhoso	59,38	0,1342	-0,0082
Santo Tirso	73,47	0,4958	-0,3659
Trofa	75,32	0,2824	-0,1852
Vieira do Minho	52,95	0,0721	0,0803
Vila Nova de Famalicão	81,55	1,0242	-0,4562
Vizela	69,34	0,1562	-0,1376
<b>Grande Porto</b>	<b>111,39</b>	<b>13,4533</b>	<b>-0,5264</b>
Espinho	108,03	0,3189	-0,4790
Gondomar	87,48	1,4121	-0,5345
Maia	114,57	1,4421	-0,8459
Matosinhos	121,19	1,9359	-0,7025
Porto	164,26	3,6282	-0,7435
Póvoa de Varzim	86,21	0,5374	-0,0611
Valongo	85,42	0,7501	-0,4740
Vila do Conde	86,70	0,6269	-0,3072
Vila Nova de Gaia	97,32	2,8016	-0,2946
<b>Tâmega</b>	<b>61,57</b>	<b>3,2585</b>	<b>-0,1581</b>
Amarante	60,97	0,3538	-0,1179
Baião	49,26	0,0996	-0,1183
Cabeceiras de Basto	52,88	0,0889	-0,1603
Castelo de Paiva	56,20	0,0904	-0,3487
Celorico de Basto	48,50	0,0920	-0,1023
Cinfães	48,29	0,0962	0,0073
Felgueiras	80,86	0,4497	-0,6055
Lousada	58,00	0,2564	-0,0490
Marco de Canaveses	60,20	0,3095	-0,1358
Mondim de Basto	50,31	0,0402	-0,0781
Paços de Ferreira	62,88	0,3289	-0,1374
Paredes	66,23	0,5389	-0,0654
Penafiel	62,68	0,4279	-0,1046
Resende	47,25	0,0531	0,0463
Ribeira de Pena	48,23	0,0329	-0,2578
<b>Entre Douro e Vouga</b>	<b>79,51</b>	<b>2,1475</b>	<b>-0,4564</b>
Arouca	53,63	0,1215	-0,1165
Oliveira de Azeméis	75,01	0,5062	-0,5449
Santa Maria da Feira	81,49	1,1088	-0,4075
São João da Madeira	115,71	0,2369	-0,6278
Vale de Cambra	74,38	0,1740	-0,6645



## Quadro 6. IpC, PPC e FDR por município

(continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo
<b>Douro</b>	<b>67,52</b>	<b>1,3768</b>	<b>-0,1794</b>
Alijó	50,96	0,0666	0,0311
Armamar	49,21	0,0338	-0,0319
Carrazeda de Ansiães	48,60	0,0328	0,0822
Freixo de Espada à Cinta	47,26	0,0177	0,0940
Lamego	77,77	0,1970	-0,2562
Mesão Frio	56,19	0,0244	0,0423
Moimenta da Beira	59,37	0,0620	0,0870
Penedono	50,51	0,0161	-0,0935
Peso da Régua	73,80	0,1238	0,0001
Sabrosa	52,13	0,0334	-0,0705
Santa Marta de Penaguião	51,90	0,0409	-0,4002
São João da Pesqueira	50,97	0,0399	0,1449
Sernancelhe	48,44	0,0281	0,0019
Tabuaço	49,19	0,0300	0,0930
Tarouca	56,60	0,0446	-0,0946
Torre de Moncorvo	53,18	0,0466	0,1892
Vila Flor	53,32	0,0388	-0,0784
Vila Nova de Foz Côa	53,74	0,0415	0,1709
Vila Real	96,09	0,4589	-0,6650
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	<b>69,05</b>	<b>1,4323</b>	<b>-0,0823</b>
Alfândega da Fé	51,75	0,0275	-0,0305
Boticas	51,03	0,0291	-0,1620
Bragança	100,99	0,3317	-0,3275
Chaves	74,55	0,3124	-0,0767
Macedo de Cavaleiros	68,97	0,1117	-0,1490
Miranda do Douro	66,44	0,0478	0,0745
Mirandela	73,88	0,1798	-0,0587
Mogadouro	55,64	0,0562	-0,1237
Montalegre	50,97	0,0577	0,2988
Murça	54,05	0,0328	-0,1153
Valpaços	51,63	0,0929	-0,0173
Vila Pouca de Aguiar	54,80	0,0783	0,0494
Vimioso	60,18	0,0288	-0,1773
Vinhais	48,63	0,0455	0,0341
<b>Centro</b>	<b>83,89</b>	<b>18,9092</b>	<b>-0,3103</b>
<b>Baixo Vouga</b>	<b>85,85</b>	<b>3,2220</b>	<b>-0,3896</b>
Águeda	76,84	0,3626	-0,3275
Albergaria-a-Velha	75,54	0,1838	-0,5294
Anadia	71,15	0,2133	-0,2356
Aveiro	125,28	0,8730	-0,6819
Estarreja	73,17	0,1961	-0,5324
Ílhavo	90,17	0,3395	-0,3479
Mealhada	76,78	0,1578	0,0914
Murtosa	69,41	0,0639	0,2211
Oliveira do Bairro	77,12	0,1655	-0,4682
Ovar	81,54	0,4409	-0,4272
Sever do Vouga	62,32	0,0761	-0,1875
Vagos	67,37	0,1496	-0,1996
<b>Baixo Mondego</b>	<b>103,36</b>	<b>3,2811</b>	<b>-0,7453</b>
Cantanhede	71,22	0,2614	-0,1946
Coimbra	137,64	1,8341	-1,3019
Condeixa-a-Nova	82,30	0,1305	-0,7043
Figueira da Foz	99,29	0,5947	-0,3300
Mira	71,02	0,0888	0,1439
Montemor-o-Velho	65,37	0,1548	-0,5676
Penacova	54,71	0,0875	-0,1794
Soure	66,05	0,1292	-0,5375

Quadro 6. IpC, PPC e FDR por município

(continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo
<b>Pinhal Litoral</b>	<b>90,39</b>	<b>2,2563</b>	<b>-0,3990</b>
Batalha	86,92	0,1288	-0,1739
Leiria	99,32	1,1835	-0,4661
Marinha Grande	104,76	0,3791	-0,5640
Pombal	70,93	0,3964	-0,2296
Porto de Mós	71,45	0,1684	-0,3503
<b>Pinhal Interior Norte</b>	<b>63,23</b>	<b>0,8246</b>	<b>-0,0797</b>
Alvaiázere	60,26	0,0457	-0,2903
Ansião	64,69	0,0836	-0,3539
Arganil	58,87	0,0729	0,1388
Castanheira de Pêra	61,62	0,0197	0,0254
Figueiró dos Vinhos	55,51	0,0368	0,0599
Góis	54,26	0,0234	0,0799
Lousã	81,23	0,1364	-0,2842
Miranda do Corvo	65,89	0,0842	-0,5081
Oliveira do Hospital	63,06	0,1303	0,1905
Pampilhosa da Serra	55,82	0,0245	-0,1247
Pedrógão Grande	54,41	0,0217	0,2098
Penela	53,30	0,0321	-0,0216
Tábua	55,94	0,0658	0,1636
Vila Nova de Poiares	67,92	0,0474	-0,1307
<b>Dão-Lafões</b>	<b>71,57</b>	<b>1,9707</b>	<b>-0,1567</b>
Aguiar da Beira	49,92	0,0296	0,0260
Carregal do Sal	64,73	0,0649	-0,3137
Castro Daire	53,15	0,0843	-0,0042
Mangualde	71,39	0,1432	-0,2435
Mortágua	59,65	0,0583	-0,2335
Nelas	68,14	0,0941	0,0356
Oliveira de Frades	63,42	0,0637	-0,0485
Penalva do Castelo	50,18	0,0413	-0,1624
Santa Comba Dão	66,29	0,0776	-0,2793
São Pedro do Sul	55,03	0,1004	0,2403
Sátão	58,60	0,0747	-0,3014
Tondela	61,07	0,1794	-0,1766
Vila Nova de Paiva	49,81	0,0299	-0,0847
Viseu	94,31	0,8708	-0,2330
Vouzela	52,25	0,0583	-0,1470
<b>Pinhal Interior Sul</b>	<b>57,25</b>	<b>0,2282</b>	<b>0,0053</b>
Mação	61,34	0,0440	-0,1212
Oleiros	51,08	0,0294	0,0244
Proença-a-Nova	56,53	0,0490	-0,1097
Sertã	58,12	0,0884	0,1115
Vila de Rei	57,01	0,0173	0,0651
<b>Serra da Estrela</b>	<b>61,73</b>	<b>0,2835</b>	<b>0,0118</b>
Fornos de Algodres	55,07	0,0281	-0,1520
Gouveia	58,36	0,0867	0,0210
Seia	64,96	0,1687	0,0389
<b>Beira Interior Norte</b>	<b>70,37</b>	<b>0,7464</b>	<b>-0,1008</b>
Almeida	69,68	0,0501	0,2560
Celorico da Beira	56,76	0,0468	0,2737
Figueira de Castelo Rodrigo	54,82	0,0353	0,0357
Guarda	92,15	0,3860	-0,3982
Manteigas	54,03	0,0196	0,4094
Meda	51,13	0,0288	0,0539
Pinhel	56,23	0,0549	-0,1665
Sabugal	50,04	0,0663	0,1531
Trancoso	58,45	0,0586	-0,0533
<b>Beira Interior Sul</b>	<b>87,75</b>	<b>0,6250</b>	<b>-0,3579</b>
Castelo Branco	99,99	0,5185	-0,5883
Idanha-a-Nova	55,68	0,0565	0,5588
Penamacor	51,23	0,0293	-0,0772
Vila Velha de Ródão	59,01	0,0207	-0,0601

## Quadro 6. IpC, PPC e FDR por município

(continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo
<b>Cova da Beira</b>	<b>77,39</b>	<b>0,6748</b>	<b>-0,0854</b>
Belmonte	58,88	0,0429	0,2691
Covilhã	83,80	0,4220	-0,2275
Fundão	71,03	0,2098	0,0692
<b>Oeste</b>	<b>88,21</b>	<b>2,9734</b>	<b>-0,2081</b>
Alcobaça	80,27	0,4214	-0,1082
Alenquer	93,71	0,3889	-0,7618
Arruda dos Vinhos	90,00	0,0980	-0,4352
Bombarral	73,73	0,0962	-0,1859
Cadaval	66,45	0,0908	-0,2346
Caldas da Rainha	103,55	0,5080	-0,4978
Lourinhã	80,44	0,1892	-0,2520
Nazaré	97,76	0,1370	1,3240
Óbidos	76,70	0,0816	2,1175
Peniche	91,70	0,2459	-0,0093
Sobral de Monte Agraço	75,99	0,0719	-0,4447
Torres Vedras	89,53	0,6446	-0,3994
<b>Médio Tejo</b>	<b>83,43</b>	<b>1,8233</b>	<b>-0,2309</b>
Abrantes	86,06	0,3342	-0,5366
Alcanena	74,01	0,1031	-0,1821
Constância	82,86	0,0298	-0,2250
Entroncamento	122,16	0,2366	-1,2508
Ferreira do Zêzere	56,94	0,0499	0,1236
Ourém	70,84	0,3335	0,6567
Sardoal	70,09	0,0262	-0,5326
Tomar	84,89	0,3437	-0,2370
Torres Novas	88,37	0,3111	-0,5297
Vila Nova da Barquinha	73,27	0,0552	-0,5077
<b>Lisboa</b>	<b>137,32</b>	<b>36,1054</b>	<b>-1,1854</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>145,56</b>	<b>27,7209</b>	<b>-1,2997</b>
Amadora	111,98	1,8592	-1,1033
Cascais	157,12	2,7288	-1,2195
Lisboa	216,04	10,6244	-1,6069
Loures	114,05	2,1434	-1,2155
Mafra	108,94	0,6619	-0,6321
Odivelas	99,53	1,3799	-0,9070
Oeiras	173,33	2,7820	-2,3504
Sintra	104,13	4,1316	-1,0270
Vila Franca de Xira	109,83	1,4096	-0,8779
<b>Península de Setúbal</b>	<b>115,67</b>	<b>8,3845</b>	<b>-0,8850</b>
Alcochete	141,46	0,2081	-1,1324
Almada	128,20	2,0106	-1,1402
Barreiro	116,00	0,8649	-1,1824
Moita	90,56	0,6052	-0,8482
Montijo	132,80	0,5112	-0,7647
Palmela	108,69	0,6108	-0,0581
Seixal	107,49	1,7068	-1,1666
Sesimbra	111,00	0,4841	-0,1162
Setúbal	120,39	1,3826	-0,6808
<b>Alentejo</b>	<b>85,56</b>	<b>6,2003</b>	<b>-0,2012</b>
<b>Alentejo Litoral</b>	<b>85,70</b>	<b>0,7880</b>	<b>0,2526</b>
Alcácer do Sal	77,67	0,0991	0,2711
Grândola	83,12	0,1127	0,9991
Odemira	65,35	0,1586	0,8122
Santiago do Cacém	94,82	0,2698	-0,4560
Sines	114,53	0,1478	-0,0404

## Quadro 6. IpC, PPC e FDR por município

(continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo
<b>Alto Alentejo</b>	<b>81,89</b>	<b>0,9335</b>	<b>-0,1912</b>
Alter do Chão	73,60	0,0251	-0,3428
Arronches	59,30	0,0183	-0,0668
Avis	59,96	0,0286	0,2542
Campo Maior	91,32	0,0722	-0,4932
Castelo de Vide	69,31	0,0246	0,7218
Crato	69,36	0,0257	0,1426
Elvas	90,19	0,1931	0,0750
Fronteira	76,30	0,0242	-0,2989
Gavião	58,92	0,0242	-0,1363
Marvão	59,33	0,0207	0,9876
Monforte	63,34	0,0192	-0,2963
Mora	68,68	0,0352	-0,2378
Nisa	67,14	0,0504	-0,1961
Ponte de Sor	75,51	0,1248	-0,1188
Portalegre	106,52	0,2473	-0,8109
<b>Alentejo Central</b>	<b>88,21</b>	<b>1,4262</b>	<b>-0,1867</b>
Alandroal	54,78	0,0322	0,2609
Arraiolos	65,85	0,0457	0,1347
Borba	69,40	0,0494	-0,0243
Estremoz	81,78	0,1156	0,0259
Évora	117,48	0,6170	-0,5282
Montemor-o-Novo	80,04	0,1406	-0,0090
Mourão	51,61	0,0164	0,2591
Portel	55,47	0,0372	0,1376
Redondo	64,63	0,0423	0,2582
Reguengos de Monsaraz	80,11	0,0872	-0,0669
Sousel	64,02	0,0333	0,0312
Vendas Novas	92,24	0,1054	-0,5067
Viana do Alentejo	68,14	0,0365	-0,2278
Vila Viçosa	81,85	0,0675	-0,0982
<b>Baixo Alentejo</b>	<b>77,01</b>	<b>0,9443</b>	<b>-0,2556</b>
Aljustrel	72,21	0,0671	-0,4608
Almodôvar	65,79	0,0469	-0,1593
Alvito	58,69	0,0150	0,3308
Barrancos	52,12	0,0089	0,1782
Beja	108,06	0,3566	-0,8209
Castro Verde	71,68	0,0525	-0,2952
Cuba	64,87	0,0292	-0,2618
Ferreira do Alentejo	68,27	0,0545	-0,1325
Mértola	53,86	0,0399	0,3177
Moura	69,56	0,1078	-0,1082
Ourique	61,82	0,0337	0,2511
Serpa	64,27	0,0970	0,1204
Vidigueira	62,02	0,0351	0,0972
<b>Lezíria do Tejo</b>	<b>89,93</b>	<b>2,1084</b>	<b>-0,3656</b>
Almeirim	90,86	0,1949	-0,5483
Alpiarça	75,47	0,0587	-0,2856
Azambuja	87,77	0,1796	-0,2224
Benavente	106,62	0,2671	-0,1476
Cartaxo	95,80	0,2235	-0,4327
Chamusca	61,94	0,0658	-0,2457
Coruche	73,09	0,1409	-0,3038
Golegã	78,68	0,0418	-0,3775
Rio Maior	84,49	0,1735	-0,4090
Salvaterra de Magos	80,52	0,1606	-0,2201
Santarém	99,20	0,6018	-0,4964



## Quadro 6. IpC, PPC e FDR por município

(continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Factor Dinamismo Relativo
<b>Algarve</b>	<b>112,98</b>	<b>4,4557</b>	<b>2,9655</b>
Albufeira	138,17	0,4750	9,6615
Alcoutim	48,92	0,0155	0,3877
Aljezur	69,35	0,0350	2,6115
Castro Marim	83,28	0,0511	2,6797
Faro	144,87	0,8026	-0,4451
Lagoa	100,33	0,2208	4,6633
Lagos	124,29	0,3239	4,1618
Loulé	122,98	0,7346	4,5597
Monchique	56,22	0,0337	1,3998
Olhão	93,65	0,3794	0,0804
Portimão	124,36	0,5639	3,3557
São Brás de Alportel	84,53	0,0924	0,1431
Silves	84,30	0,2817	1,4482
Tavira	93,70	0,2238	2,0412
Vila do Bispo	75,32	0,0385	6,2689
Vila Real de Santo António	106,52	0,1838	3,0825
<b>R. A. Açores</b>	<b>81,66</b>	<b>1,8716</b>	<b>-0,5029</b>
<b>Santa Maria</b>	<b>80,55</b>	<b>0,0421</b>	<b>-0,5814</b>
Vila do Porto	80,55	0,0421	-0,5814
<b>São Miguel</b>	<b>84,76</b>	<b>1,0602</b>	<b>-0,4852</b>
Lagoa (R.A.A)	68,45	0,0967	-0,2023
Nordeste	48,52	0,0242	0,2124
Ponta Delgada	109,54	0,6684	-0,8058
Povoação	52,48	0,0335	0,0990
Ribeira Grande	63,68	0,1789	-0,3233
Vila Franca do Campo	55,89	0,0585	-0,1213
<b>Terceira</b>	<b>83,09</b>	<b>0,4371</b>	<b>-0,6788</b>
Angra do Heroísmo	86,57	0,2877	-0,7828
Vila da Praia da Vitória	77,11	0,1493	-0,5004
<b>Graciosa</b>	<b>58,35</b>	<b>0,0266</b>	<b>-0,2544</b>
Santa Cruz da Graciosa	58,35	0,0266	-0,2544
<b>São Jorge</b>	<b>67,67</b>	<b>0,0610</b>	<b>-0,4369</b>
Calheta (R.A.A.)	73,62	0,0274	-1,0181
Velas	63,49	0,0336	-0,0282
<b>Pico</b>	<b>65,90</b>	<b>0,0920</b>	<b>-0,2437</b>
Lajes do Pico	60,37	0,0275	-0,1809
Madalena	70,96	0,0417	-0,2192
São Roque do Pico	64,59	0,0228	-0,3653
<b>Faial</b>	<b>86,46</b>	<b>0,1255</b>	<b>-0,5200</b>
Horta	86,46	0,1255	-0,5200
<b>Flores</b>	<b>65,94</b>	<b>0,0251</b>	<b>0,0252</b>
Lajes das Flores	56,19	0,0080	0,0606
Santa Cruz das Flores	71,73	0,0171	0,0041
<b>Corvo</b>	<b>49,72</b>	<b>0,0022</b>	<b>0,2804</b>
Corvo	49,72	0,0022	0,2804
<b>R. A. Madeira</b>	<b>96,59</b>	<b>2,2407</b>	<b>0,3842</b>
Calheta (R.A.M.)	57,95	0,0652	0,6113
Câmara de Lobos	54,40	0,1826	-0,1202
Funchal	134,27	1,2746	0,5619
Machico	67,95	0,1368	0,0899
Ponta do Sol	58,13	0,0453	0,1548
Porto Moniz	53,69	0,0139	1,6815
Ribeira Brava	67,99	0,0808	-0,0805
Santa Cruz	99,22	0,3172	0,4816
Santana	51,20	0,0408	0,3648
São Vicente	55,63	0,0320	0,6408
Porto Santo	124,09	0,0515	1,0928

Quadro 7. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC) registado nos municípios (continua)<sup>9</sup>

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
99	Cascais	90	Beja
	Lisboa		Espinho
	Oeiras		Seixal
	Porto		
98	Albufeira	89	Benavente
	Alcochete		Portalegre
	Faro		Vila Real de Santo António
97	Coimbra	88	Braga
	Funchal		Marinha Grande
	Montijo		Sintra
96	Almada	87	Bragança
	Aveiro		Caldas da Rainha
	Portimão		Lagoa
95	Lagos	86	Castelo Branco
	Loulé		Figueira da Foz
	Porto Santo		Leiria
94	Entroncamento	85	Odivelas
	Matosinhos		Nazaré
	Setúbal		Santa Cruz
93	Barreiro	84	Santarém
	Évora		Cartaxo
	São João da Madeira		Vila Nova de Gaia
92	Loures	83	Vila Real
	Maia		Alenquer
	Sines		Santiago do Cacém
91	Amadora	82	Viseu
	Sesimbra		Olhão
	Vila Franca de Xira		Tavira
90	Mafra	81	Vendas Novas
	Palmela		Campo Maior
	Ponta Delgada		Guarda
		80	Peniche

<sup>9</sup> Os municípios apresentam -se, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Quadro 7. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
80	Almeirim Elvas Moita
79	Arruda dos Vinhos Ílhavo Torres Vedras
78	Azambuja Gondomar Torres Novas
77	Batalha Viana do Castelo Vila do Conde
76	Angra do Heroísmo Horta Póvoa de Varzim
75	Abrantes Tomar Valongo
74	Rio Maior São Brás de Alportel Silves
73	Castro Marim Covilhã Grândola
72	Condeixa-a-Nova Constância Estremoz Vila Viçosa
71	Ovar Santa Maria da Feira Vila Nova de Famalicão

Percentis	Indicador per Capita
70	Felgueiras Lousã Vila do Porto
69	Alcobaça Lourinhã Salvaterra de Magos
68	Esposende Montemor-o-Novo Reguengos de Monsaraz
67	Alcácer do Sal Golegã Lamego
66	Guimarães Oliveira do Bairro Vila da Praia da Vitória
65	Águeda Caminha Mealhada
64	Fronteira Óbidos Sobral de Monte Agraço
63	Albergaria-a-Velha Alpiarça Ponte de Sor
62	Oliveira de Azeméis Trofa Vila do Bispo
61	Chaves Vale de Cambra Valença
60	

Quadro 7. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
60	Alcanena Mirandela Peso da Régua
59	Alter do Chão Bombarral Calheta (R.A.A.)
58	Coruche Estarreja Santo Tirso Vila Nova da Barquinha
57	Aljustrel Castro Verde Santa Cruz das Flores
56	Cantanhede Mangualde Porto de Mós
55	Anadia Fundão Mira
54	Madalena Ourém Pombal
53	Almeida Sardoal Vila Nova de Cerveira
52	Borba Moura Murtosa
51	Aljezur Crato Vizela
50	

Percentis	Indicador per Capita
50	Castelo de Vide Macedo de Cavaleiros Mora
49	Ferreira do Alentejo Lagoa (R.A.A.) Viana do Alentejo
48	Machico Nelas Ribeira Brava
47	Nisa Vagos Vila Nova de Poiares
46	Barcelos Cadaval Miranda do Douro
45	Paredes Santa Comba Dão Soure
44	Almodôvar Arraiolos Miranda do Corvo
43	Cuba Montemor-o-Velho Odemira Seia
42	Ansião Carregal do Sal Redondo
41	Fafe São Roque do Pico Serpa
40	

Quadro 7. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
40	Ribeira Grande
	Sousel
39	Velas
	Monforte
	Oliveira de Frades
38	Oliveira do Hospital
	Paços de Ferreira
	Penafiel
37	Sever do Vouga
	Chamusca
	Ourique
36	Vidigueira
	Castanheira de Pêra
	Mação
35	Monção
	Amarante
	Lajes do Pico
34	Tondela
	Alvaiázere
	Marco de Canaveses
33	Vimioso
	Avis
	Mortágua
32	Póvoa de Lanhoso
	Arronches
	Marvão
31	Moimenta da Beira
	Amares
	Gavião
30	Vila Velha de Ródão

Percentis	Indicador per Capita
30	Alvito
	Arganil
29	Belmonte
	Gouveia
	Ponte de Lima
	Sátão
28	Trancoso
	Ponta do Sol
	Santa Cruz da Graciosa
27	Sertã
	Calheta (R.A.M.)
	Lousada
26	Melgaço
	Celorico da Beira
	Ferreira do Zêzere
25	Vila de Rei
	Pinhel
	Proença-a-Nova
24	Tarouca
	Castelo de Paiva
	Mesão Frio
23	Monchique
	Lajes das Flores
	Tábua
22	Vila Verde
	Idanha-a-Nova
	Pampilhosa da Serra
21	Vila Franca do Campo
	Figueiró dos Vinhos
	Mogadouro
20	São Vicente

Quadro 7. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)  
registado nos municípios (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
20	Fornos de Algodres Paredes de Coura Portel
19	Figueira de Castelo Rodrigo São Pedro do Sul Vila Pouca de Aguiar
18	Alandroal Pedrógão Grande Penacova
17	Câmara de Lobos Góis Murça
16	Manteigas Mértola Vila Nova de Foz Côa
15	Arouca Ponte da Barca Porto Moniz Vila Flor
14	Castro Daire Penela Torre de Moncorvo
13	Arcos de Valdevez Cabeceiras de Basto Vieira do Minho
12	Povoação Sabrosa Vouzela
11	Alfândega da Fé Barrancos Santa Marta de Penaguião
10	

Percentis	Indicador per Capita
10	Mourão Penamacor Valpaços
9	Meda Oleiros Santana
8	Boticas Montalegre São João da Pesqueira
7	Alijó Mondim de Basto Penedono
6	Aguiar da Beira Penalva do Castelo Sabugal
5	Baião Corvo Vila Nova de Paiva
4	Alcoutim Ammamar Tabuaço
3	Carraceda de Ansiães Nordeste Vinhais
2	Celorico de Basto Cinfães Sernancelhe
1	Freixo de Espada à Cinta Resende Ribeira de Pena Terras de Bouro

Quadro 8. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registado nos municípios (continua) <sup>10</sup>

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
99	Lisboa	90	Mafra
	Porto		Ponta Delgada
	Sintra		Torres Vedras
	Vila Nova de Gaia		
98	Cascais	89	Évora
	Loures		Palmela
	Oeiras		Vila do Conde
97	Almada	88	Figueira da Foz
	Amadora		Moita
	Matosinhos		Santarém
96	Braga	87	Paredes
	Coimbra		Portimão
	Seixal		Póvoa de Varzim
95	Gondomar	86	Caldas da Rainha
	Maia		Castelo Branco
	Vila Franca de Xira		Montijo
94	Funchal	85	Oliveira de Azeméis
	Odivelas		Albufeira
	Setúbal		Santo Tirso
93	Guimarães	84	Sesimbra
	Leiria		Felgueiras
	Santa Maria da Feira		Ovar
92	Aveiro	83	Vila Real
	Vila Nova de Famalicão		Alcobaça
	Viseu		Covilhã
91	Barcelos	82	Penafiel
	Barreiro		Alenquer
	Faro		Guarda
90	Loulé	81	Pombal
	Valongo		Águeda
	Viana do Castelo		Marinha Grande
		80	Olhão

<sup>10</sup> Os municípios apresentam-se, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Quadro 8. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
80	Amarante	70	Anadia
	Beja		Fundão
79	Tomar	69	Lagoa
	Abrantes		Alcochete
	Ílhavo		Estarreja
78	Ourém	68	Lamego
	Bragança		Almeirim
	Fafe		Elvas
77	Paços de Ferreira	67	Lourinhã
	Espinho		Albergaria-a-Velha
	Lagos		Câmara de Lobos
76	Santa Cruz	66	Vila Real de Santo António
	Chaves		Azambuja
	Marco de Canaveses		Mirandela
75	Torres Novas	65	Tondela
	Angra do Heroísmo		Ribeira Grande
	Silves		Rio Maior
74	Trofa	64	Vale de Cambra
	Benavente		Oliveira do Bairro
	Esposende		Porto de Mós
73	Santiago do Cacém	63	Seia
	Cantanhede		Mealhada
	Lousada		Odemira
72	Vila Verde	62	Salvaterra de Magos
	Peniche		Montemor-o-Velho
	Ponte de Lima		Vagos
	Portalegre		Vizela
71	São João da Madeira	61	Mangualde
	Cartaxo		Sines
	Entroncamento	60	Vila da Praia da Vitória
70	Tavira		

Quadro 8. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
60	Coruche Montemor-o-Novo Nazaré
59	Lousã Machico Póvoa de Lanhoso
58	Batalha Condeixa-a-Nova Oliveira do Hospital Soure
57	Horta Peso da Régua Ponte de Sor
56	Arcos de Valdevez Arouca Caminha
55	Estremoz Grândola Monção
54	Amares Macedo de Cavaleiros Moura
53	Alcanena São Pedro do Sul Vendas Novas
52	Alcácer do Sal Baião Valença
51	Arruda dos Vinhos Lagoa (R.A.A) Serpa
50	

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
50	Bombarral Cinfães Nelas
49	Celorico de Basto São Brás de Alportel Valpaços
48	Cabeceiras de Basto Cadaval Castelo de Paiva
47	Mira Penacova Sertã
46	Castro Daire Gouveia Reguengos de Monsaraz
45	Ansião Miranda do Corvo Óbidos
44	Ribeira Brava Santa Comba Dão Vila Pouca de Aguiar
43	Arganil Campo Maior Sátão Sever do Vouga
42	Sobral de Monte Agraço Vieira do Minho Vila Viçosa
41	Alijó Aljustrel Sabugal
40	

Quadro 8. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
40	Chamusca Ponte da Barca Tábua
39	Calheta (R.A.M.) Carregal do Sal Murtosa
38	Alpiarça Moimenta da Beira Oliveira de Frades
37	Trancoso Vila Franca do Campo Vila Nova de Cerveira
36	Montalegre Mortágua Vouzela
35	Idanha-a-Nova Mogadouro Vila Nova da Barquinha
34	Ferreira do Alentejo Pinhel Resende
33	Castro Verde Melgaço Porto Santo
32	Almeida Castro Marim Nisa
31	Borba Ferreira do Zêzere Paredes de Coura
30	

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
30	Miranda do Douro Proença-a-Nova Vila Nova de Poiares
29	Almodôvar Alvaiázere Celorico da Beira Torre de Moncorvo
28	Arraiolos Ponta do Sol Vinhais
27	Belmonte Mação Tarouca
26	Golegã Redondo Vila do Porto
25	Madalena Penalva do Castelo Vila Nova de Foz Côa
24	Mondim de Basto Santa Marta de Penaguião Santana
23	Mértola São João da Pesqueira Vila Flor
22	Figueiró dos Vinhos Portel Vila do Bispo
21	Figueira de Castelo Rodrigo Mora Viana do Alentejo
20	

Quadro 8. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
20	Aljezur Terras de Bouro Vidigueira	10	Calheta (R.A.A.) Santa Cruz da Graciosa Sardoal
19	Armamar Monchique Ourique	9	Alter do Chão Castelo de Vide Crato
18	Povoação Sabrosa Velas	8	Fronteira Mesão Frio Pampilhosa da Serra
17	Carrazeda de Ansiães Ribeira de Pena Sousel	7	Gavião Góis Nordeste
16	Alandroal Murça Penela	6	Marvão Pedrógão Grande São Roque do Pico
15	Constância São Vicente Tabuaço Vila Nova de Paiva	5	Castanheira de Pêra Manteigas Vila Velha de Ródão
14	Aguiar da Beira Oleiros Penamacor	4	Arronches Freixo de Espada à Cinta Monforte
13	Botijas Cuba Meda	3	Mourão Santa Cruz das Flores Vila de Rei
12	Avis Fornos de Algodres Vimioso	2	Alcoutim Alvito Penedono
11	Alfândega da Fé Lajes do Pico Semancelhe	1	Barrancos Corvo Lajes das Flores Porto Moniz

Quadro 9. Distribuição por percentis do Factor Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios (continua)<sup>11</sup>

Percentis	Factor Dinamismo Relativo	Percentis	Factor Dinamismo Relativo
99	Albufeira	90	Alvito
	Lagoa		Santana
	Loulé		Vila Nova de Cerveira
	Vila do Bispo		Corvo
98	Lagos	89	Mértola
	Portimão		Montalegre
	Vila Real de Santo António		Alcácer do Sal
97	Aljezur	88	Belmonte
	Castro Marim		Celorico da Beira
	Óbidos		Alandroal
96	Porto Moniz	87	Mourão
	Tavira		Redondo
	Terras de Bouro		Almeida
95	Monchique	86	Avis
	Nazaré		Ourique
	Silves		São Pedro do Sul
94	Grândola	85	Murtosa
	Marvão		Nordeste
	Porto Santo		Pedrogão Grande
93	Caminha	84	Barrancos
	Castelo de Vide		Oliveira do Hospital
	Odemira		Torre de Moncorvo
92	Calheta (R.A.M.)	83	Amares
	Ourém		Tábua
	São Vicente		Vila Nova de Foz Côa
91	Funchal	82	Ponta do Sol
	Idanha-a-Nova		Sabugal
	Valença		São João da Pesqueira
90	Alcoutim	81	Crato
	Manteigas		Mira
	Santa Cruz		São Brás de Alportel
		80	

<sup>11</sup> Os municípios apresentam-se, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Quadro 9. Distribuição por percentis do Factor Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Factor Dinamismo Relativo	Percentis	Factor Dinamismo Relativo
80	Arganil	70	Figueira de Castelo Rodrigo
	Arraiolos		Nelas
	Portel		Vinhais
79	Ferreira do Zêzere	69	Aguiar da Beira
	Serpa		Alijó
	Sertã		Sousel
78	Ponte da Barca	68	Castanheira de Pêra
	Povoação		Estremoz
	Vidigueira		Oleiros
77	Freixo de Espada à Cinta	67	Cinfães
	Mealhada		Gouveia
	Tabuaço		Melgaço
76	Carraceda de Ansiães	66	Peso da Régua
	Machico		Santa Cruz das Flores
	Moimenta da Beira		Sernancelhe
75	Góis	65	Castro Daire
	Olhão		Montemor-o-Novo
	Vieira do Minho		Póvoa de Lanhoso
74	Arcos de Valdevez	64	Paredes de Coura
	Elvas		Peniche
	Miranda do Douro		Valpaços
73	Fundão	63	Borba
	Ponte de Lima		Penela
	Vila de Rei		Velas
72	Figueiró dos Vinhos	62	Alfândega da Fé
	Lajes das Flores		Armamar
	Meda		Esposende
	Vila Pouca de Aguiar	61	Oliveira de Frades
71	Mesão Frio		Sines
	Resende		Vila Verde
70	Seia	60	

Quadro 9. Distribuição por percentis do Factor Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Factor Dinamismo Relativo	Percentis	Factor Dinamismo Relativo
60	Lousada	50	Câmara de Lobos
	Monção		Mação
	Trancoso	49	Vila Franca do Campo
59	Mirandela		Fafe
	Palmela		Mogadouro
	Vila Velha de Ródão	48	Pampilhosa da Serra
58	Arronches		Ferreira do Alentejo
	Paredes		Marco de Canaveses
	Póvoa de Varzim	47	Vila Nova de Poiares
	Reguengos de Monsaraz		Gavião
57	Chaves		Paços de Ferreira
	Penamacor	46	Vizela
	Sabrosa		Benavente
56	Mondim de Basto		Macedo de Cavaleiros
	Ribeira Brava	45	Vouzela
	Vila Flor		Almodôvar
55	Penedono		Cabeceiras de Basto
	Tarouca	44	Fornos de Algodres
	Vila Nova de Paiva		Boticas
54	Celorico de Basto		Penalva do Castelo
	Penafiel	43	Pinhel
	Vila Viçosa		Batalha
53	Alcobaça		Guimarães
	Moura		Tondela
	Proença-a-Nova	42	Vimioso
52	Arouca		Alcanena
	Murça		Lajes do Pico
	Sesimbra	41	Penacova
51	Amarante		Bombarral
	Baião		Sever do Vouga
	Ponte de Sor	40	Trofa

Quadro 9. Distribuição por percentis do Factor Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Factor Dinamismo Relativo	Percentis	Factor Dinamismo Relativo
40	Cantanhede	30	Castro Verde
	Nisa		Fronteira
	Vagos		Monforte
39	Lagoa (R.A.A)	29	Carregal do Sal
	Madalena		Coruche
	Salvaterra de Magos		Sátão
38	Azambuja		Vila do Conde
	Constância	28	Águeda
	Covilhã		Bragança
37	Pombal		Ribeira Grande
	Viana do Alentejo	27	Alter do Chão
	Viseu		Figueira da Foz
36	Anadia		Ílhavo
	Cadaval	26	Ansião
	Mortágua		Castelo de Paiva
35	Mangualde		Porto de Mós
	Mora	25	Golegã
	Tomar		Santo Tirso
34	Chamusca		São Roque do Pico
	Lourinhã	24	Guarda
	Santa Cruz da Graciosa		Torres Vedras
33	Barcelos		Viana do Castelo
	Lamego	23	Rio Maior
	Ribeira de Pena		Santa Maria da Feira
32	Cuba		Santa Marta de Penaguião
	Lousã	22	Arruda dos Vinhos
	Santa Comba Dão		Cartaxo
31	Alpiarça		Ovar
	Alvaiázere	21	Faro
	Vila Nova de Gaia		Santiago do Cacém
30		20	Sobral de Monte Agraço

Quadro 9. Distribuição por percentis do Factor Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios (continuação)

Percentis	Factor Dinamismo Relativo	Percentis	Factor Dinamismo Relativo
20	Ajustrel Leiria Vila Nova de Famalicão	10	Setúbal Vale de Cambra Vila Real
19	Espinho Oliveira do Bairro Valongo	9	Aveiro Condeixa-a-Nova Matosinhos
18	Caldas da Rainha Campo Maior Santarém	8	Alenquer Braga Porto
17	Vendas Novas Vila da Praia da Vitória Vila Nova da Barquinha	7	Angra do Heroísmo Montijo Ponta Delgada
16	Évora Horta Miranda do Corvo	6	Beja Maia Portalegre
15	Albergaria-a-Velha Estarreja Sardoal Torres Novas	5	Moita Odivelas Vila Franca de Xira
14	Abrantes Gondomar Soure	4	Amadora Calheta (R.A.A.) Sintra
13	Almeirim Marinha Grande Oliveira de Azeméis	3	Alcochete Almada Seixal
12	Castelo Branco Montemor-o-Velho Vila do Porto	2	Barreiro Cascais Loures
11	Felgueiras Maia São João da Madeira	1	Coimbra Entroncamento Lisboa Oeiras





# Anexos





Figura 10. Indicador per Capita por município, na região Norte

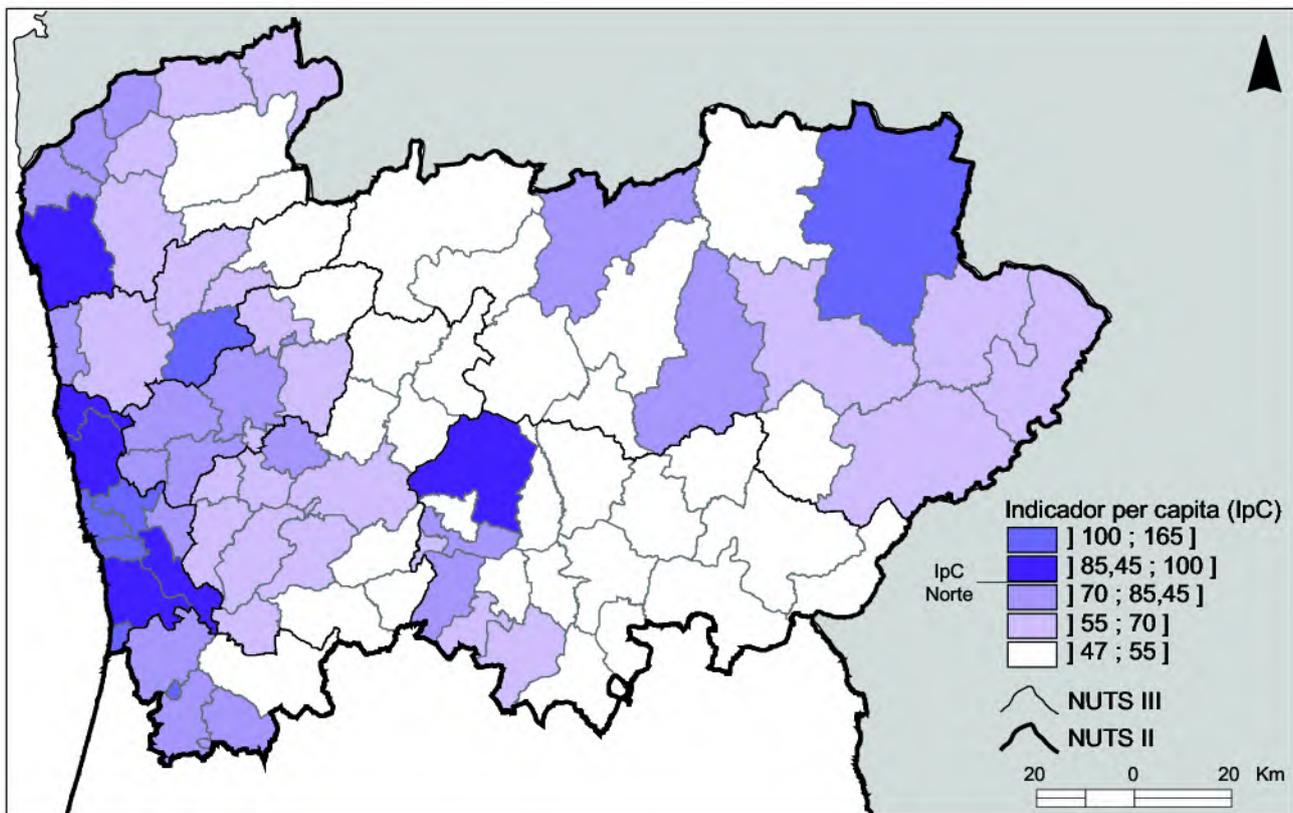


Figura 11. Indicador per Capita por município, na região Centro

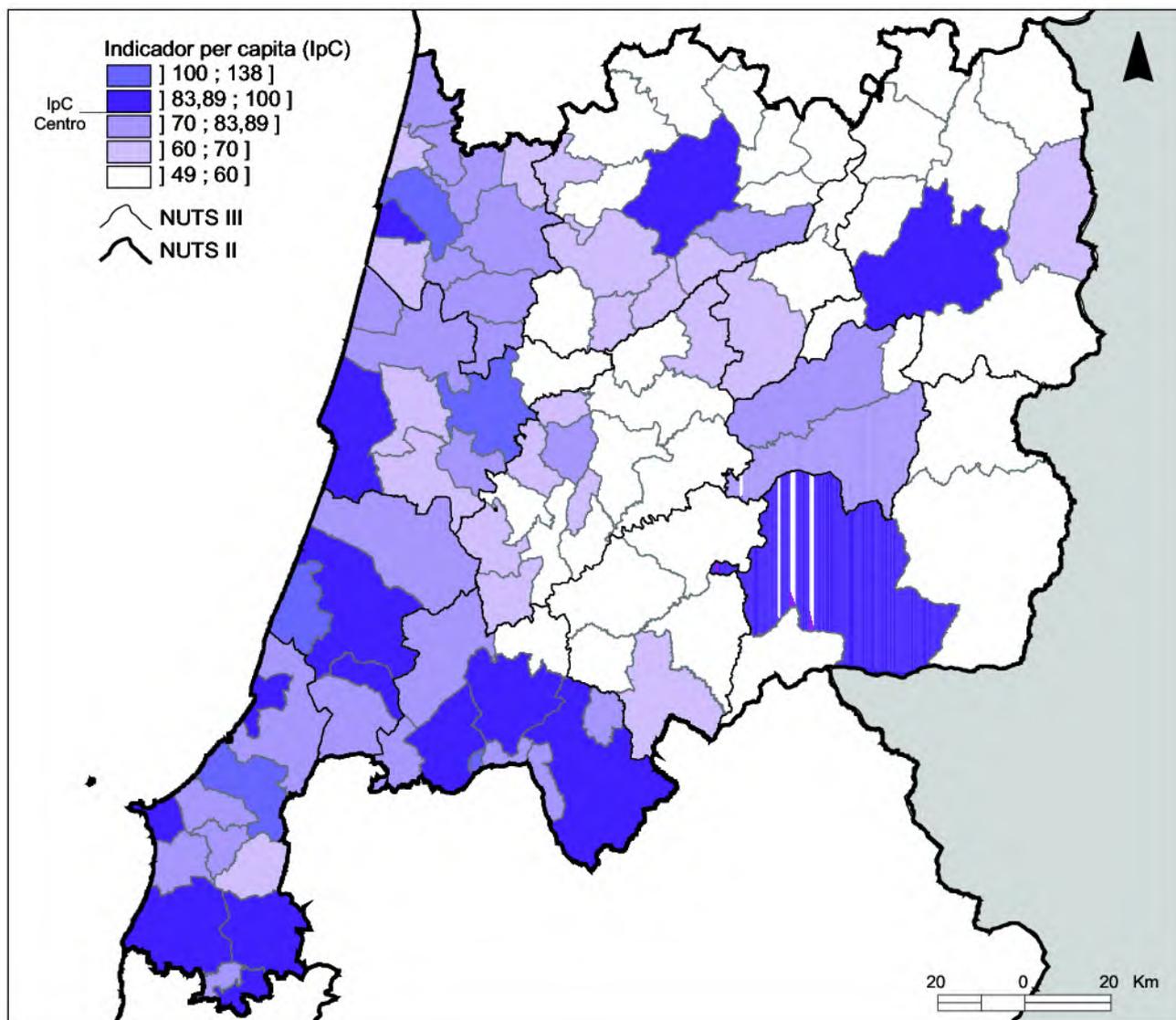


Figura 12. Indicador per Capita por município, na região Lisboa

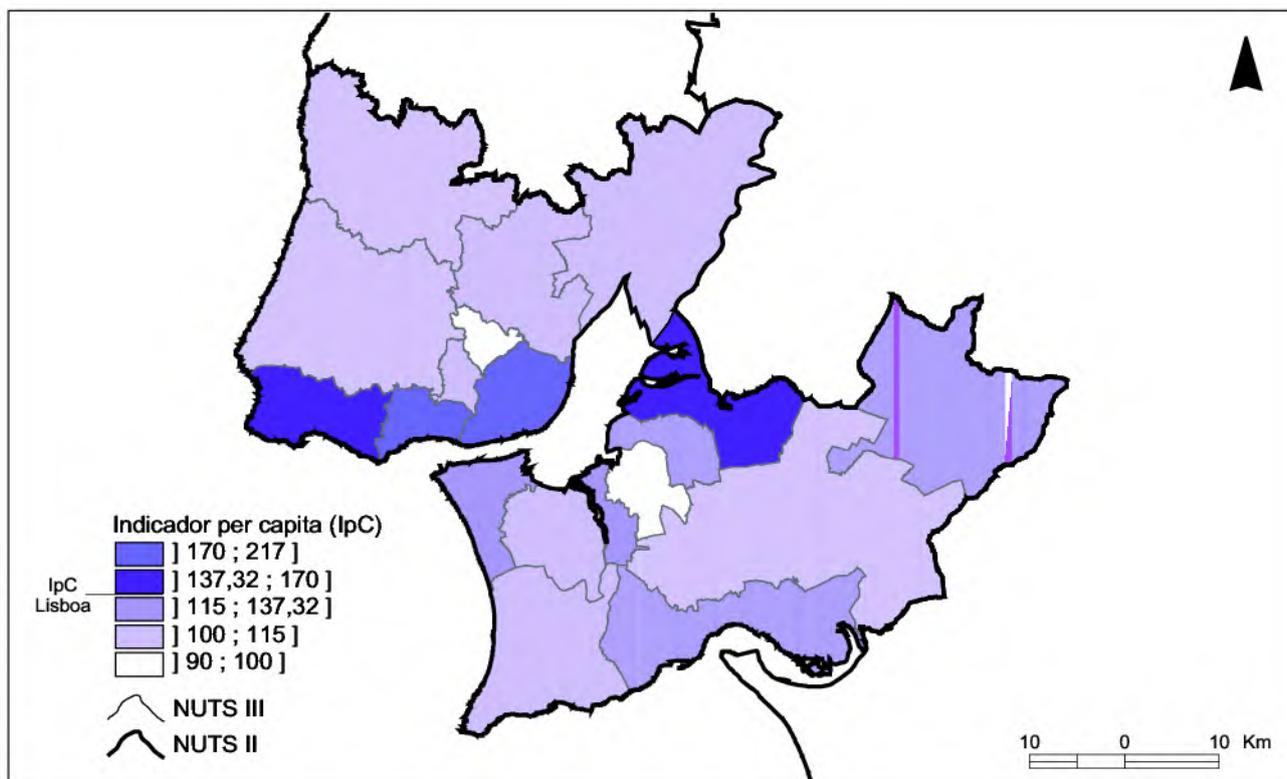


Figura 13. Indicador per Capita por município, na região Alentejo

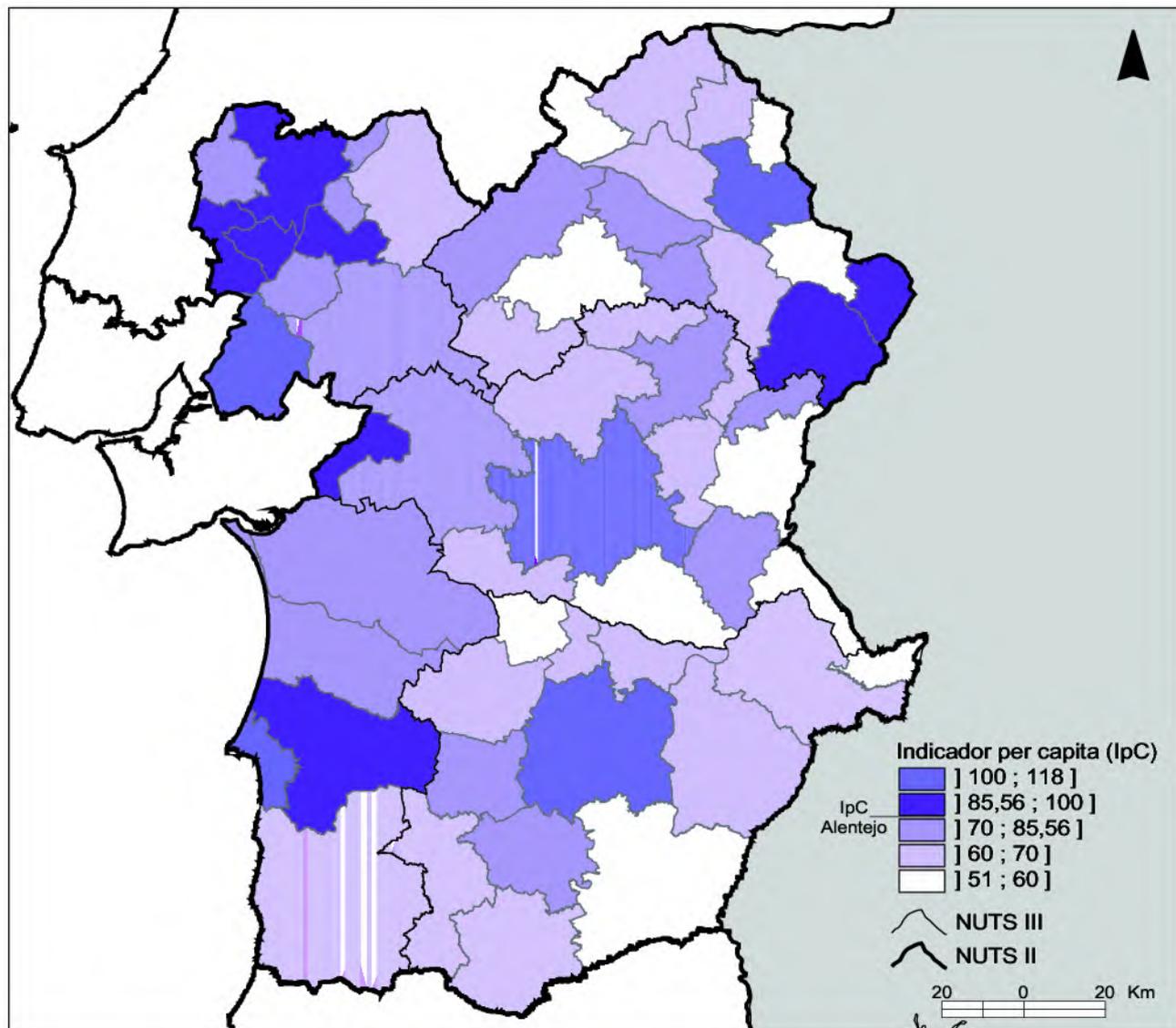


Figura 14. Indicador per Capita por município, na região Algarve

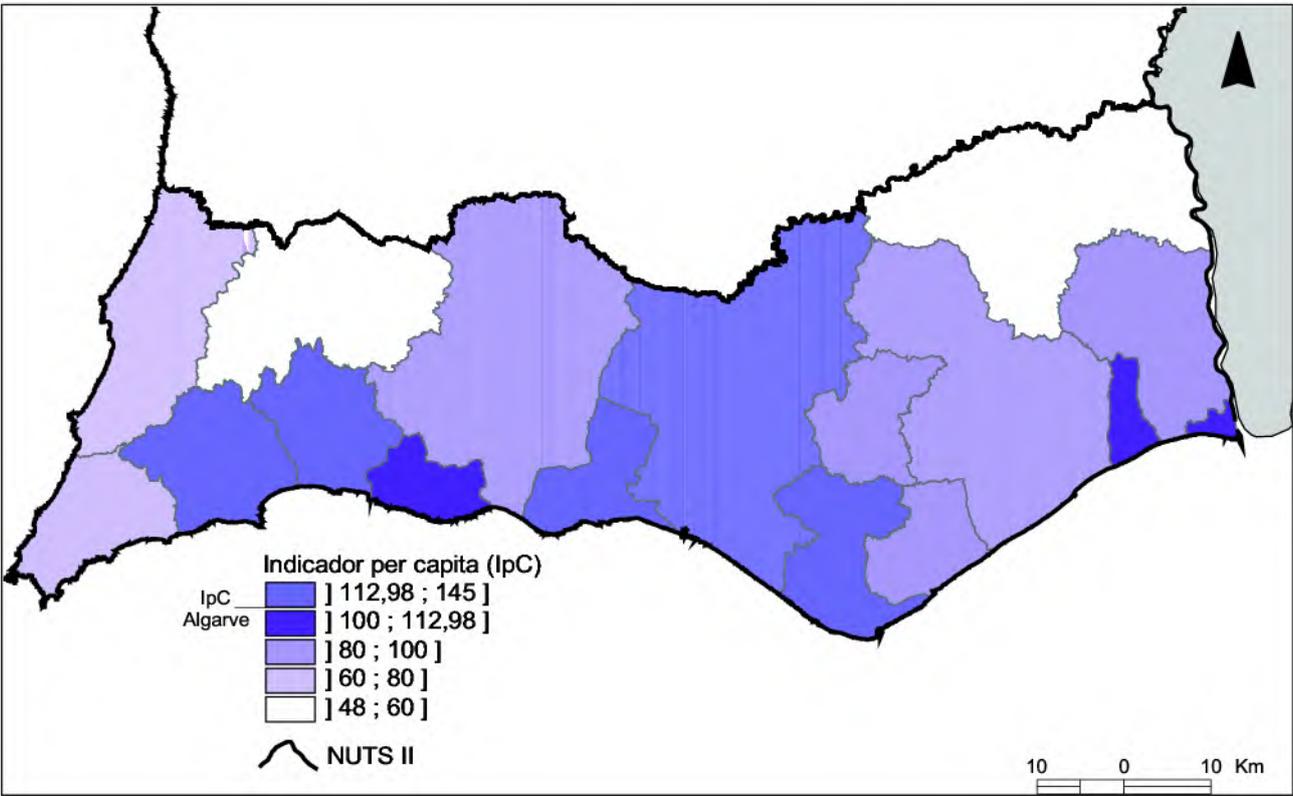


Figura 15. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores

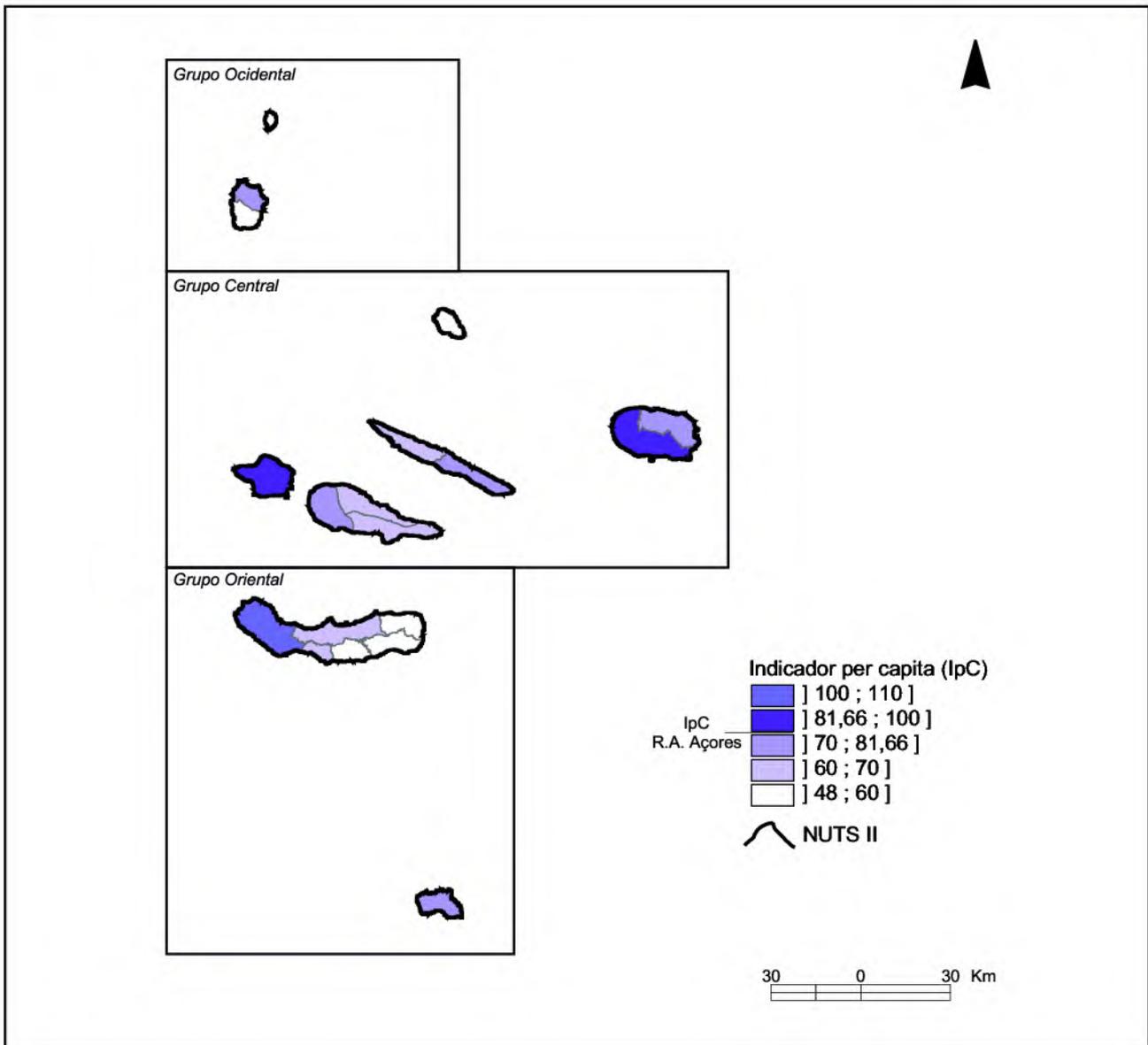


Figura 16. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira

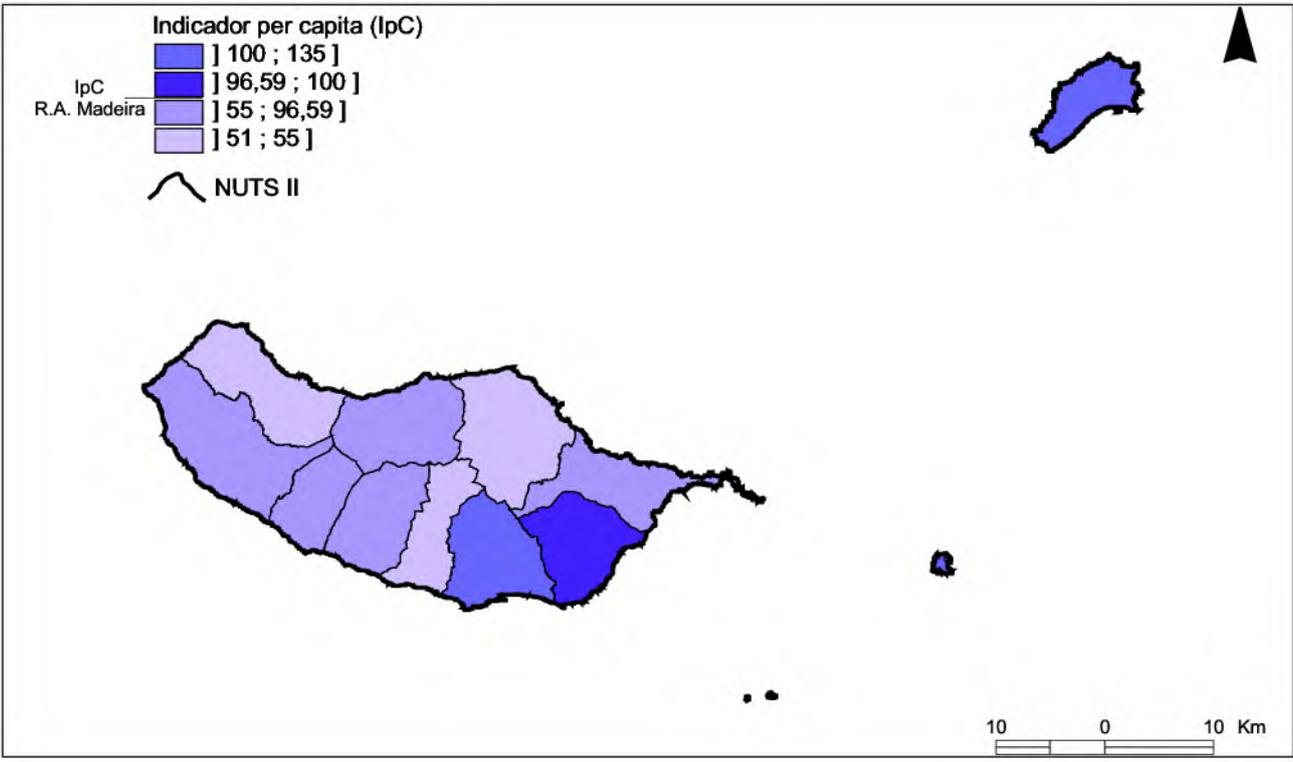


Figura 17. Divisão territorial da região NUTS II do Norte: NUTS III e municípios

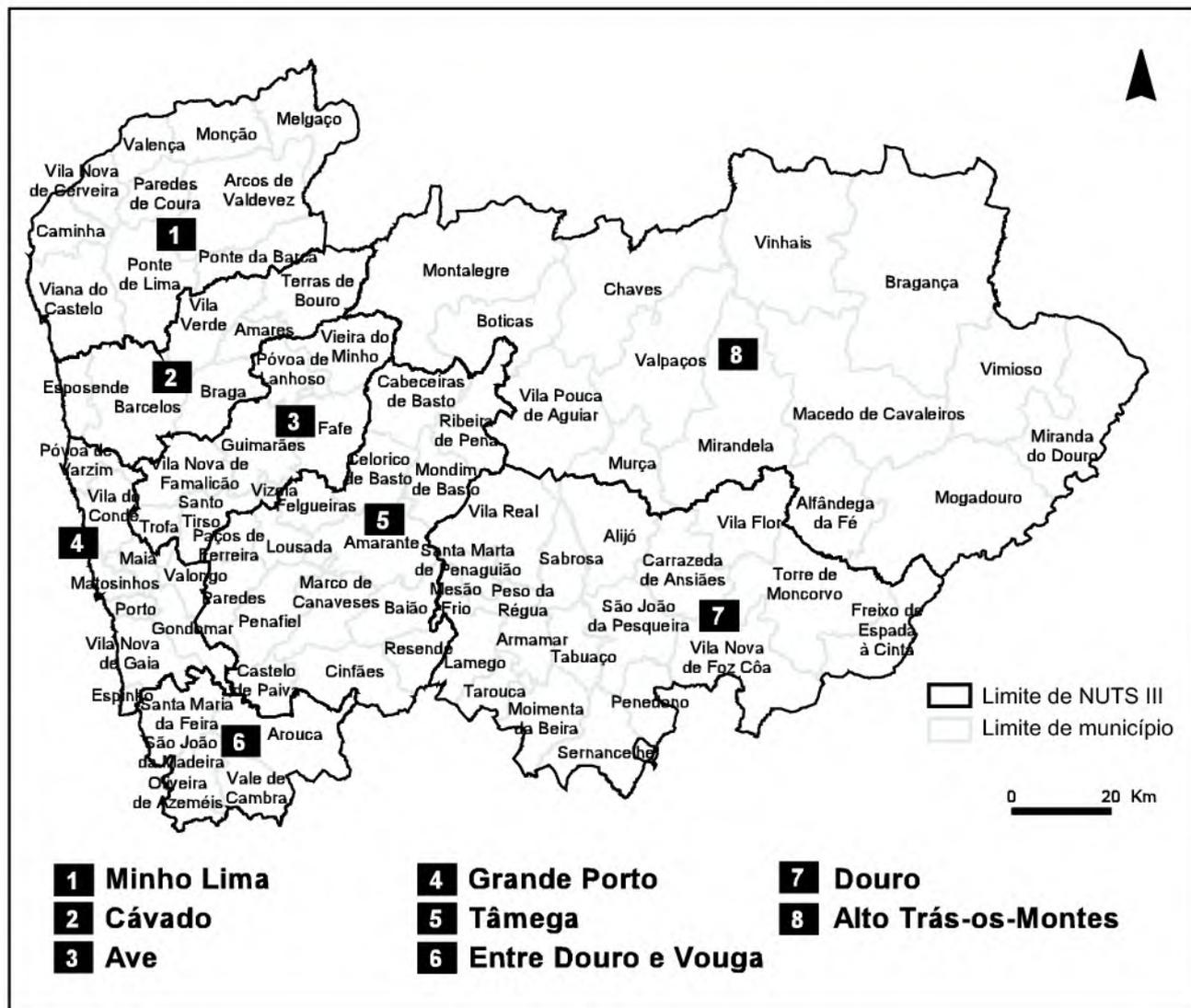


Figura 18. Divisão territorial da região NUTS II do Centro: NUTS III e municípios

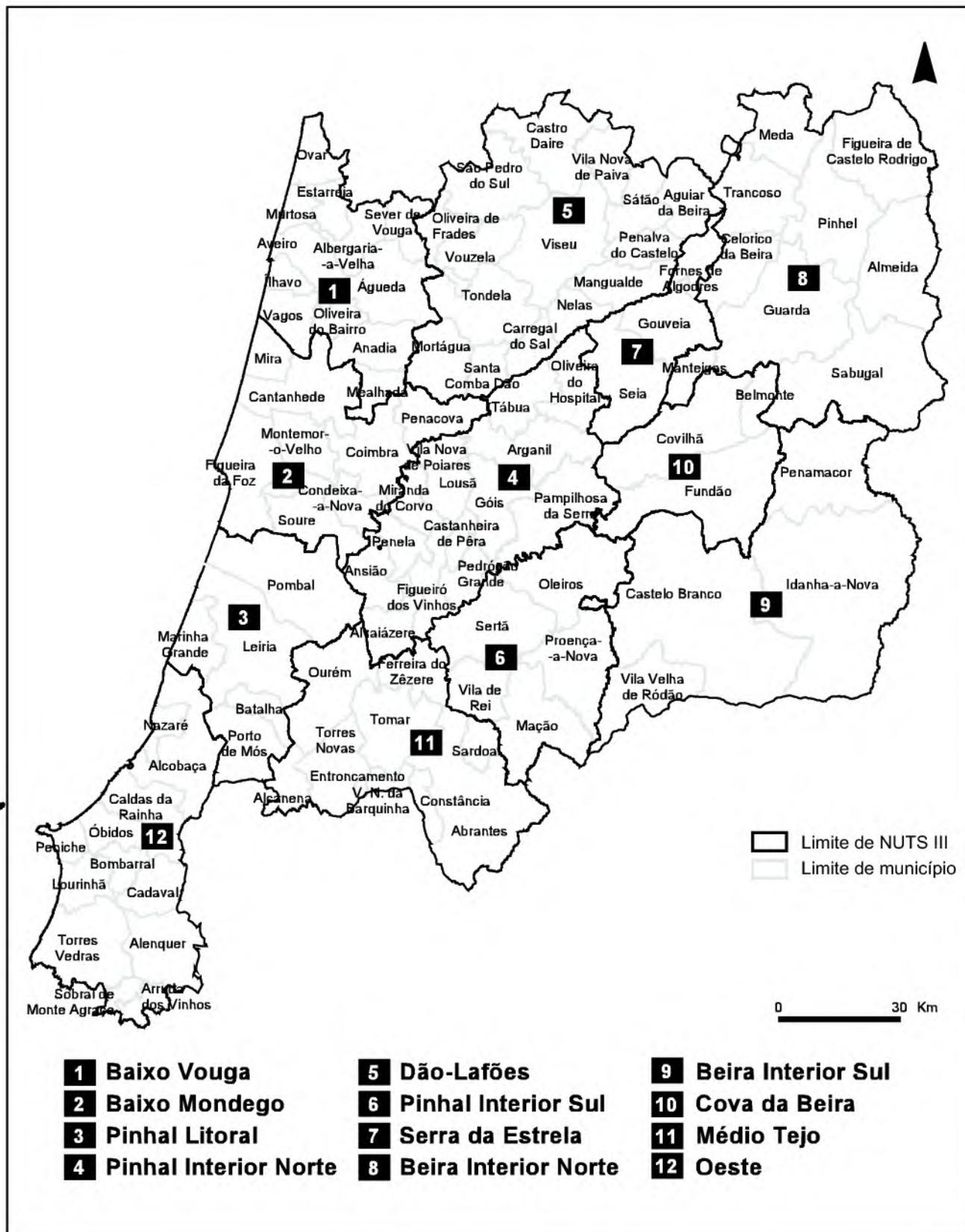


Figura 19. Divisão territorial da região NUTS II de Lisboa: NUTS III e municípios

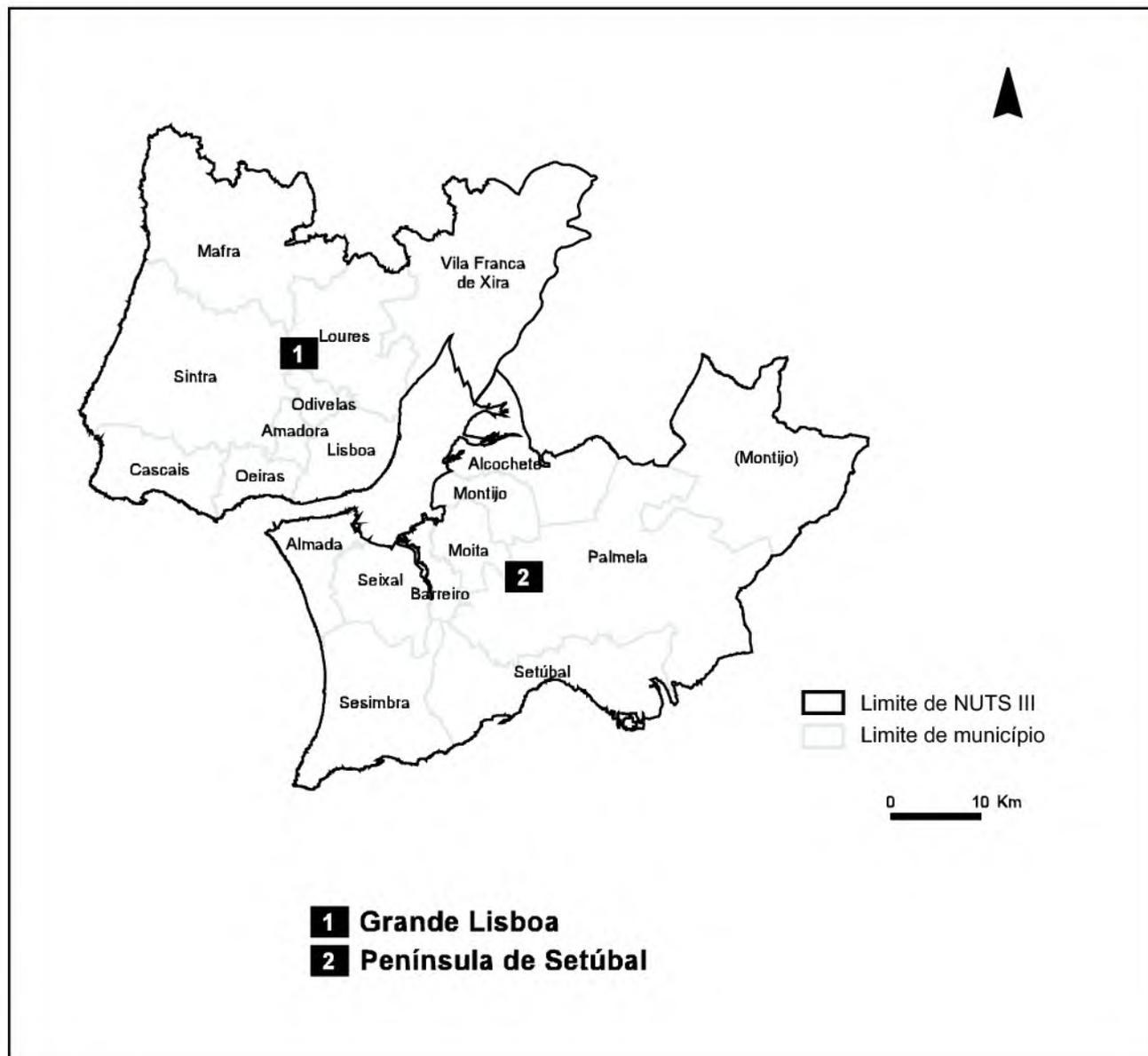


Figura 20. Divisão territorial da região NUTS II do Alentejo: NUTS III e municípios

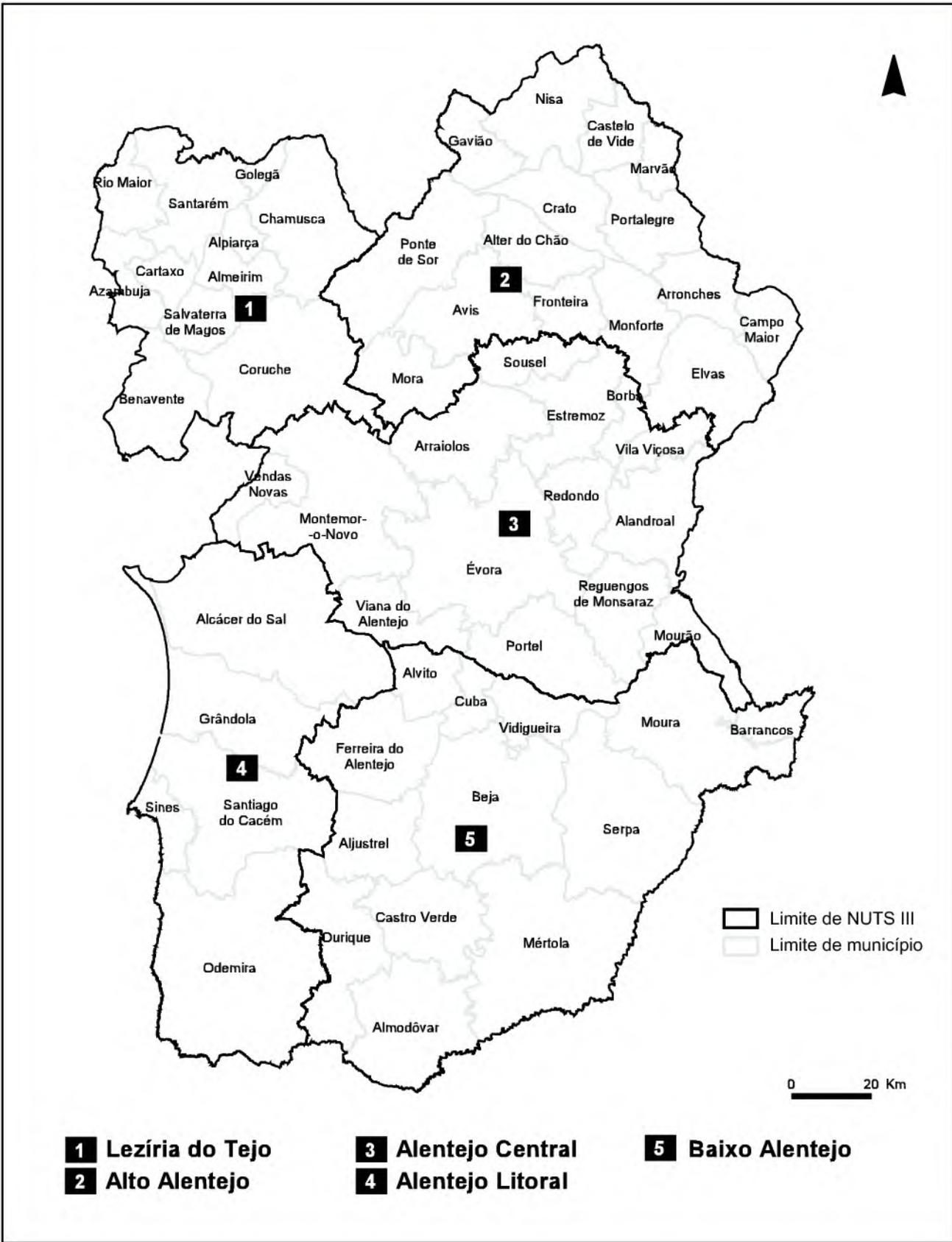


Figura 21. Divisão territorial da região NUTSII do Algarve: NUTSIII e municípios

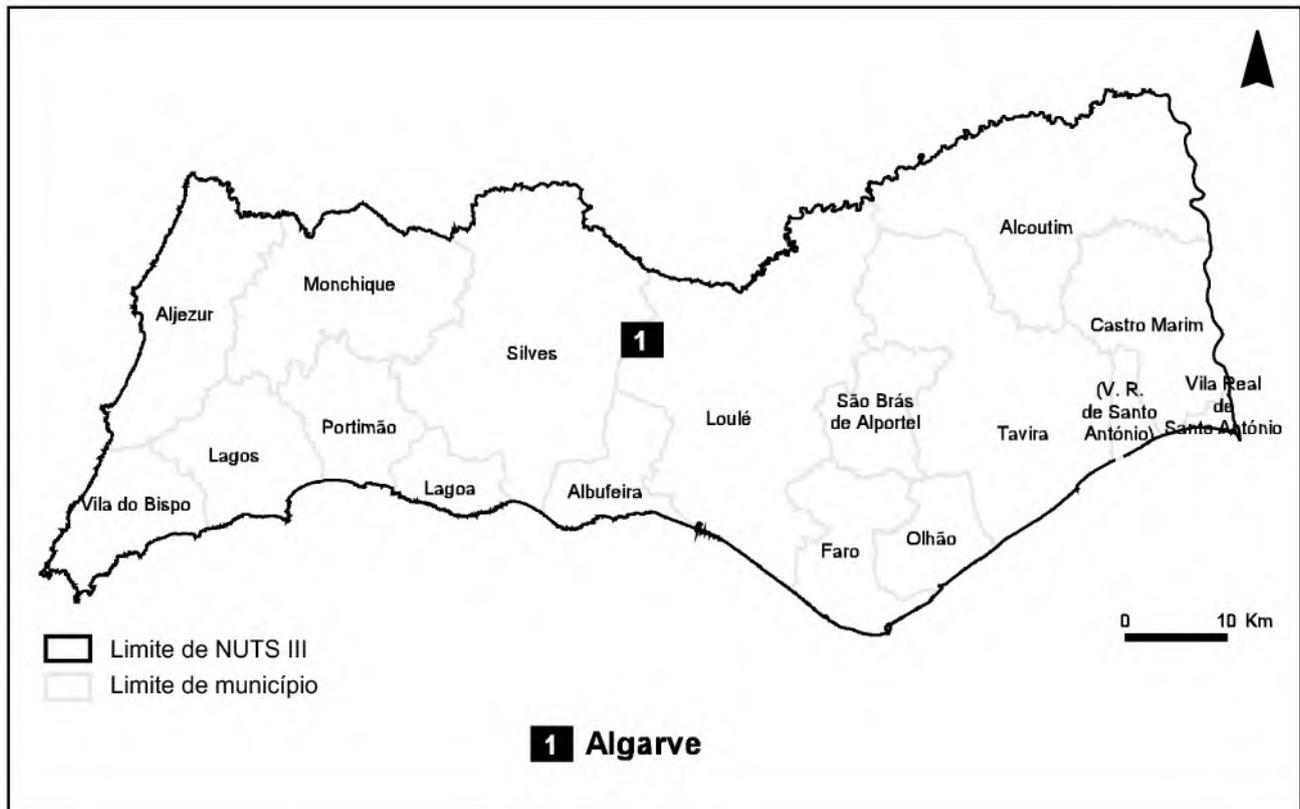


Figura 22. Divisão territorial da região NUTSII da Região Autónoma dos Açores: NUTSIII e municípios

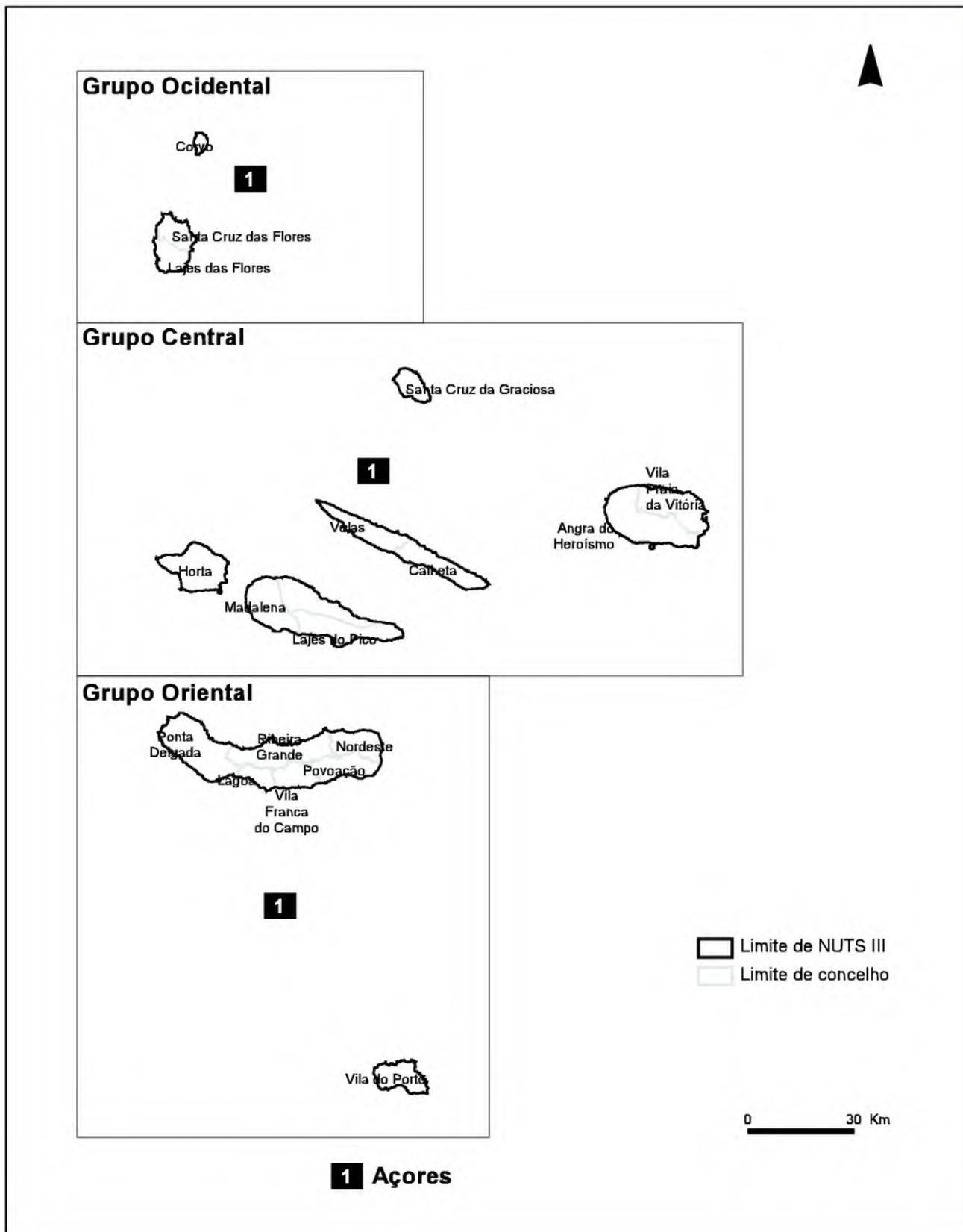


Figura 23. Divisão territorial da região NUTSII da Região Autónoma da Madeira: NUTSIII e municípios

